

Fórum de Lisboa de 2026 promete ser uma das maiores edições da história do evento

MAGNAVITA - PÁGINA 3

Metade das bets que atuam no Brasil são ilegais

Relatório do TCU estima que todo ano país perde de R\$ 26 bilhões a R\$ 40 bilhões em arrecadação, além do risco de envolvimento das casas de aposta com lavagem de dinheiro

e financiamento do terrorismo e narcotráfico. Para o consumidor, também um problema, porque não há qualquer proteção. O tribunal recomenda maior integração na fiscalização.

CORREIO POLÍTICO (RUDOLFO LAGO) - PÁGINA 5

Ações na Justiça ameaçam Flávio

Ex-presidente da Câmara Arlindo Chinaglia (PT) entra com pedido de investigações na Justiça Eleitoral contra

Fábio Bolsonaro sobre ilícitos que, em outros casos, já resultaram em perda de mandato do candidato vitorioso.

TALES FARIA - PÁGINA 4

Crédito a motoristas de aplicativos e táxi

PÁGINA 10

R\$ 4,5 milhões para organizar acervo de Lula

Ricardo Stuckert/Presidência da República



A Universidade Federal do ABC tem 15 dias para dar explicações ao TCU sobre os gastos de R\$ 4,5 milhões que teve para organizar o acervo pessoal do

presidente Lula. A instituição, que tem como reitor Dácio Roberto Matheus (na foto com Lula) recebeu esses valores após contrato com a Casa Civil.

PAULO CAPPELLI - PÁGINA 2

Inteligência Artificial e Democracia

JUSTIÇA (MINISTRO KASSIO NUNES MARQUES) - PÁGINA 11

Câmara vota novos salários para GCM

A Câmara de SP aprovou, em primeira votação, o projeto que altera as tabelas de remuneração dos profissionais do quadro técnico da Guarda.

PÁGINA 12

SP domina ranking de qualidade de vida

Onze cidades paulistas estão entre as 20 melhores do país, lideradas por Gavião Peixoto, de acordo com levantamento do Instituto Imazon.

PÁGINA 15

LEONARDO BOFF

A corrupção naturalizada desmascarada

PÁGINA 8

LUMMERTZ

O novo feudalismo digital

PÁGINA 8

Detran realiza leilão de carros

Veículos são negociados no estado em que se encontram, sem garantia de funcionamento. Lances pela internet tem preços a partir de R\$ 2 mil.

PÁGINA 9

Mogi é destaque nacional no IPS

Mogi está entre as 80 cidades do país com o melhor qualidade de vida. A cidade ficou acima da média nacional nos dados do IPS, que é 63,40.

PÁGINA 14



Representantes da Sony Music Brasil e do Rock in Rio

RiR e Sony Music anunciam nomes do palco Supernova

Venda geral para Rock in Rio 2026 começa em 8 de junho

MAGNAVITA - PÁGINA 3 E PÁGINA 24



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que a Universidade Federal do ABC apresente, em até 15 dias, explicações sobre os gastos de R\$ 4,5 milhões destinados à organização do acervo documental privado do presidente Lula (PT). A decisão foi assinada nesta terça-feira (19/5) e dá prosseguimento à investigação sobre um contrato firmado entre a instituição e a Casa Civil da Presidência.

A Corte exigiu que a universidade forneça informações detalhadas sobre a execução do contrato, que prevê a manutenção, digitalização e guarda dos documentos. Foram exigidas a metodologia utilizada para definir os custos do projeto, a memória de cálculo, pesquisas de preços, gastos indiretos e justificativas técnicas para o valor global.

“Autorizar a realização de diligência junto à Universidade Federal do ABC, com fundamento no art. 157 do RITCU, para que, no prazo de quinze dias, se pronuncie sobre os indícios apontados na instrução da Unidade Técnica”, diz trecho da decisão obtida pela coluna, relatada pelo ministro Walton Alencar Rodrigues.

A Corte também pediu esclarecimentos sobre a equipe envolvida, os contratos já realizados ou planejados, os valores já gastos e o estágio atual das atividades de transferência, triagem, higienização, digitalização e guarda do material.

A decisão ocorre após apresentação feita pelo deputado

TCU cobra explicações após Lula destinar R\$ 4,5 milhões a universidade para montar acervo pessoal

Ricardo Stuckert/Presidência da República

federal Ubiratan Sanderson (PL) no tribunal. O parlamentar questionou o uso de recursos públicos no projeto, executado por meio de um Termo de Execução Descentralizada (TED) firmado entre a Casa Civil da Presidência da República e a Universidade Federal do ABC.

No despacho, Walton afirmou haver “plausibilidade jurídica” nos questionamentos apresentados, especialmente em relação à economicidade da contratação.

Apesar de determinar o aprofundamento da fiscalização, o TCU negou o pedido para suspender imediatamente o contrato. O tribunal avaliou que não estão presentes os requisitos para a concessão de medida cautelar, porque o projeto já se encontra em estágio avançado de execução financeira.

Casa Civil responde

A investigação apura o TED firmado entre a Casa Civil e a Fundação Universidade Federal do ABC. O contrato prevê a aplicação de recursos em serviços como organização, tratamento técnico, digitalização, transporte e guarda provisória do acervo.

O material reúne documen-



Dácio Roberto Matheus, reitor da UFABC, em evento com o presidente Lula

tos, fotos, vídeos e outros itens acumulados ao longo da trajetória política de Lula e ficará armazenado em São Bernardo do Campo (SP). A cidade é o berço político e reduto histórico do petista.

A assessoria de imprensa da Casa Civil afirmou que a medida está amparada na legislação vigente. Segundo o órgão, “a preservação dos acervos documentais privados de ex-presidentes da República é uma política de Estado prevista na Lei nº 8.394/1991. Esses acervos são considerados de

interesse público e integram o patrimônio cultural brasileiro”.

Reitor é aliado de Lula

A investigação atinge uma universidade cujo comando mantém proximidade política com o presidente Lula. Em março deste ano, durante cerimônia em homenagem póstuma ao ex-presidente uruguaio Pepe Mujica, o reitor da Universidade Federal do ABC, Dácio Roberto Matheus, fez críticas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) diante de Lula e ministros do governo federal.

Na ocasião, Dácio afirmou que, após 2016, as universidades públicas sofreram “cortes orçamentários” e “ataques diretos” ao ensino e à pesquisa. “Sobrevivemos à pandemia e ao pandemônio”, declarou o reitor, em referência ao governo Bolsonaro.

O dirigente da UFABC também ressaltou a relação de Lula com a universidade ao lembrar que a proposta de conceder o título de Doutor Honoris Causa a Mujica surgiu após sugestão do petista, em seminário realizado em 2015.

Operação Lava Jato

O acervo presidencial de Lula já esteve no centro de investigações da Operação Lava Jato. Em 2017, o empresário Paulo Okamoto, presidente do Instituto Lula, confirmou ao então juiz Sergio Moro que a empreiteira OAS pagou pelo armazenamento dos materiais do petista em um depósito da transportadora Granero.

Segundo as investigações da força-tarefa, a OAS desembolsou cerca de R\$ 1,3 milhão para custear o armazenamento dos bens entre 2011 e 2016. O Ministério Público Federal (MPF) apontava o pagamento como suposta vantagem indevida ao ex-presidente.

A defesa do petista sustentou que o acervo possui interesse histórico e cultural. Paulo Okamoto e Lula foram absolvidos no processo.

PT diz ao STF que Lei da Dosimetria pune roubo de celular com mais rigor que tentativa de golpe

O PT e partidos aliados afirmaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) que a Lei da Dosimetria faz com que um condenado por roubo de celular permaneça mais tempo preso em regime fechado do que alguém condenado por tentativa de golpe de Estado. A argumentação consta na ação apresentada pela federação formada por PT, PCdoB e PV contra a nova legislação.

Na petição, as legendas sustentam que as mudanças aprovadas pelo Congresso reduzem excessivamente as penas aplicadas aos condenados pelos atos de 8 de janeiro e enfraquecem a proteção constitucional à democracia.

“O roubo de celular permanece mais tempo em regime fechado do que o golpista que tentou derrubar o governo demo-

craticamente eleito”, afirma o documento protocolado no STF.

“Inversão de valores”

Segundo os autores da ação, a nova regra permite que condenados pelos crimes previstos nos artigos 359-M-A e 359-M-B do Código Penal tenham redução de pena e progressão de regime em poucos meses.

O texto diz que, após a aplicação dos novos dispositivos, um condenado poderia progredir ao regime semiaberto “após aproximadamente 3 meses”. Em seguida, compara o cenário ao crime de roubo simples. “Compare-se com um condenado por roubo simples, que recebe pena mínima de 4 anos e deve cumprir 25% (1 ano) para progressão de regime”.

“Essa inversão de valores configura proteção manifestamente

deficiente ao bem jurídico ‘ordem democrática’, em violação ao dever constitucional de tutela adequada imposto pelo art. 5º, XLIV, da Constituição Federal”, afirma a ação.

A petição sustenta ainda que a lei cria tratamento mais brando justamente para crimes contra o Estado Democrático de Direito. “Trata-se de previsão que inverte completamente a lógica constitucional, que determina tratamento mais severo – não mais brando – às ações de grupos contra a ordem constitucional e o Estado Democrático”, afirma o documento.

A ação foi apresentada pelos partidos contra a chamada Lei da Dosimetria, promulgada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União). O caso tramita no STF sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes.

PF devolve equipamentos de jornalista que escreveu sobre Flávio Dino

A Polícia Federal (PF) devolveu, nesta quinta-feira (21/5), os equipamentos eletrônicos do jornalista Pablo Luís. Os aparelhos haviam sido apreendidos no dia 10 de março, por ordem do ministro Alexandre de Moraes (STF), após o comunicador escrever reportagem sobre o também ministro Flávio Dino.

A devolução de dois celulares e um notebook ocorre um dia após a coluna mostrar que o jornalista estava tendo dificuldades, junto à PF, para reaver o material apreendido, mesmo com autorização judicial de Moraes.

“Finalmente, depois de dois meses, mais de dois meses, recuperei meus equipamentos de trabalho, celular, os dois celulares, o HD externo e o meu MacBook. Obrigado a Deus! Quero agradecer a todos que me deram apoio, que se manifesta-

ram, a grande imprensa e todo mundo que me mandou mensagem. Amém!”, afirmou Pablo em vídeo enviado à coluna.

Os equipamentos haviam sido apreendidos pela PF durante operação autorizada por Moraes no âmbito de investigação sobre suposta perseguição à família de Flávio Dino. A medida ocorreu após a publicação de reportagens sobre o uso de um veículo ligado ao Tribunal de Justiça do Maranhão por familiares do ministro do STF.

Em abril, Moraes autorizou a devolução dos aparelhos após manifestação favorável da Procuradoria-Geral da República (PGR), mas o material permaneceu retido por mais de um mês na Superintendência da PF no Maranhão.

PINGA-FOGO

■ **FÓRUM DE LISBOA DEVERÁ TER UMA DAS SUAS MAIORES EDIÇÕES** - Na primeira semana de junho deverá ocorrer uma das maiores edições do Fórum de Lisboa. A XIV edição será realizada nos dias 1º, 2 e 3 de junho de 2026, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) e organizado pelo IDP (Instituto de Direito Público, pelo Lisbon Public Law (LPL) e pela Fundação Getúlio Vargas - Justiça. Na programação oficial, o evento é apresentado como um dos mais relevantes fóruns internacionais dedicados à análise dos grandes desafios institucionais contemporâneos, reunindo líderes públicos, acadêmicos, juristas, gestores e especialistas de destaque do Brasil, de Portugal e de diversos outros países.

■ Em 2026, o tema central "Nova ordem internacional, tecnologia e soberania: desafios democráticos, econômicos e sociais" orientará debates de alto nível sobre as transformações do cenário global, o impacto das novas tecnologias e os novos contornos da democracia, da economia e da organização social dos Estados.

■ **Os ministros do STF Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes e Flávio Dino já confirmaram que estarão presentes.**

■ **FERIADO AJUDARÁ A TURBINAR O FÓRUM DE LISBOA** - A data do Fórum de Lisboa foi antecipada pela realização da Copa do Mundo e das eleições gerais. Ele ocorre na semana do Feriado de Corpus Christi e será celebrado no dia 4 de junho, uma quinta-feira. A data não é considerada feriado nacional pelo governo federal, sendo classificada como ponto facultativo para o funcionalismo público. O dia 05 deverá ser ponto facultativo estadual e municipal, o que facilitará a agenda de viagem dos participantes do Fórum de Lisboa.

■ **FGV GARANTE PROTAGONISMO DO RIO NO FÓRUM DE LISBOA** - O Rio tem um papel especial no Fórum de Lisboa, já que a cidade é a sede da Fundação Getúlio Vargas (FGV), uma das principais organizadoras do evento, através da atenção especial dada pelo presidente da FGV, professor Carlos Ivan Simonsen, e por Sidnei Gonzalez, Diretor da FGV Conhecimento.

■ **PRESEÇA CARIOCA NO FÓRUM DE LISBOA** - O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Cavaliere, já confirmou a sua presença e deverá participar de um dos painéis.

■ **Os principais nomes do mundo jurídico fluminense estarão presentes e os principais desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio.**

■ **DOUGLAS RUAS PODE ASSUMIR O GOVERNO NOS DIAS DA VIAGEM DE COUTO** - Um dos nomes mais esperados é o do desembargador Ricardo Couto, presidente do Tribunal de Justiça, que está à frente do Governo do Estado. Se ele confirmar a viagem, o processo sucessório é simples: o presidente da Alerj, Douglas Ruas, assume a chefia do Executivo por apenas uma semana. No regresso de Lisboa, Couto reassume o governo estadual, já que a liminar está em vigor. Os dois mantêm um respeitoso diálogo institucional.

■ **Só haverá problema se o presidente da Alerj também estiver no exterior no mesmo período.** Neste caso, fica a dúvida sobre quem seria o Governador.

Aneel homologa leilão de energia por unanimidade

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) homologou, nesta quinta-feira (21), em reunião pública extraordinária de sua diretoria, os dois Leilões de Reserva de Capacidade na Forma de Potência (LRCAP 2026) realizados em março, com entregas programadas já para 2026.

Os diretores da agência reguladora confirmaram que não há entrave jurídico, judicial, administrativo ou de controle externo que impeça a homologação do resultado e adjudicação do certame.

A decisão unânime foi tomada após avaliação dos elementos do processo, inclusive a decisão judicial superveniente, a manifestação do Ministério Público Federal (MPF) e o despacho do Tribunal de Contas da União (TCU).

O 1º dia de certame, realizado em 18 de março, contratou 18,97 gigawatts (GW) de energia de hidrelétricas e termelétricas a gás natural e a carvão, com investimentos totais de R\$ 64,5 bilhões e entregas entre 2026 e 2031. O deságio foi de 5,52%, representando economia de R\$ 33,64 bilhões.

Já o segundo dia de leilão, em 20 de março, negociou 501,321 megawatts (MW) de usinas a óleo combustível, diesel e biodiesel, com contratos de 3 anos e deságio de 50,14%, gerando economia estimada de R\$ 1,83 bilhão.

Em seu voto, o relator Fernando Mosna destacou que a ANEEL cumpriu rigorosamente todas as etapas previstas no edital e que inexistem medidas cautelares do TCU ou decisões judiciais suspendendo o leilão.



Reprodução/YouTube



Decisão foi durante reunião pública extraordinária realizada na quinta-feira, 21 de maio

Ele argumentou que não cabe à agência analisar a modelagem do certame, responsabilidade do Ministério de Minas e Energia (MME) e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), mas apenas verificar se o pregão ocorreu dentro das diretrizes estabelecidas. "O papel destinado à Aneel é a operacionalização do leilão", afirmou.

O Diretor-Geral da ANEEL, Sandoval Feitosa, destacou o intenso debate em torno da matéria e elogiou o papel da agência na formulação. Já o Procurador-Geral da ANEEL, Eduardo Ramalho, disse que a ANEEL deve exercer suas atribuições baseadas no poder concedente, não cabendo à agência revogar o certame.

"A agência deve assegurar a regularidade do procedimento licitatório conforme as diretrizes estabelecidas. Controvérsias institucionais ou críticas ao mérito das decisões não autorizam, por si sós, a paralisação do certame", assegurou o procurador.

Abrajet vê decisão acertada

Após a decisão da ANEEL, a Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abrajet) repercutiu a homologação. Em nota, a entidade disse que a decisão que dá prosseguimento ao processo de homologação e adjudicação do Leilão de Reserva de Capacidade (LRCAP 2026) "é acertada e necessária".

"A realização do leilão de reserva, desenhado e debatido ao longo dos últimos cinco anos por atores do setor elétrico, é uma medida essencial para garantir segurança à gestão do sistema elétrico nacional", afirmou.

Ainda de acordo com a nota, a validação do LRCAP é um processo necessário para assegurar a confiabilidade do sistema. "Fontes renováveis precisam coexistir com a geração a gás natural pra dar segurança ao sistema e acompanhar o crescimento econômico. Arriscar a segurança energética do país é colocar o futuro da economia do Brasil em um caminho perigoso e incerto".

Feira do HotéisRIO e da ABIH-RJ ofereceu vagas de emprego na hotelaria

O HotéisRIO (Sindicato de Hotéis e Meios de Hospedagem do Município do Rio de Janeiro), a ABIH-RJ (Associação Brasileira

da Indústria de Hotéis do Estado do Rio de Janeiro) e a SMTE (Secretaria Municipal de Trabalho e Renda) realizaram na quarta-feira,

dia 20, no Hotel Hilton Barra, a "Trabalha Rio Hotéis", feira que reuniu vagas de emprego no setor hoteleiro.

Fotos HotéisRIO



A feira busca ampliar as oportunidades de emprego e o fortalecimento da conexão entre o setor hoteleiro e profissionais que desejam desenvolver carreira na área da hospitalidade



Alfredo Lopes, presidente do HotéisRIO, durante a feira realizada no Hotel Hilton Barra



Divulgação

O Grupo Sony Music Brasil e o Rock in Rio Brasil anunciaram a renovação da parceria para a edição de 2026 do festival. O anúncio foi feito em coletiva de imprensa realizada no Rio, com a participação de Wilson Lannes, COO do Grupo Sony Music Brasil; Zé Ricardo, Vice-Presidente Artístico da Rock World; Roberto Verta, curador do Palco Supernova; e Ana Deccache, Diretora de Marketing da Rock World

Rosane Naylor



O desembargador Fernando Cerqueira Chagas completa seis meses à frente da Corregedoria Regional Eleitoral do TRE-RJ com um balanço expressivo de celeridade e eficiência. O dado mais significativo do período é a redução de 87,2% no estoque de processos pendentes de decisão (PCEs) entre dezembro de 2025 e abril de 2026. A gestão estratégica também conquistou uma redução nos processos de abuso de poder, caíram 32%. No mesmo sentido, as ações penais mantiveram estabilidade com ganho de produtividade, enquanto os inquéritos recuaram 22%, somando 153 baixas e 135 decisões

Tales Faria

Ações “preparatórias” contra Flávio ameaçam a chapa com cassação

Pré-candidato do PL a presidente da República, o senador Flávio Bolsonaro (RJ) será alvo de ações que podem resultar até na cassação da sua chapa pela Justiça Eleitoral.

Motivos: o pedido a Daniel Vorcaro, dono do liquidado Banco Master, de R\$ 134 milhões para financiar o filme “Dark Horse”, assim como seu encontro com o banqueiro quando este já estava em prisão domiciliar com tornozeleira eletrônica.

O ex-presidente da Câmara Arlindo Chinaglia (PT-SP) protocolou no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e na Procuradoria Geral Eleitoral “procedimentos preparatórios” visando ações de “Investigação Judicial Eleitoral” contra o candidato.

As ações apontam ilícitos que, se confirmados pela Justiça Eleitoral, em outros casos já resultaram até em perda de mandato após a posse como chefe de Poder Executivo. Chinaglia elencou:

- Abuso de poder econômico (artigo 22 da Lei Complementar 64/1990);
- Abuso de poder político (artigo 22 da mesma Lei Complementar);
- Uso indevido dos meios de comunicação social (também no artigo 22);
- Arrecadação e gasto ilícito de recursos de campanha (art. 30-A da Lei nº 9.504/1997, chamada Lei das Eleições);
- Doação de fonte vedada (artigos. 23, 24, 24-C e 30-A da mesma lei).

O requerimento caracteriza o filme como propaganda eleitoral explícita, lembrando à Justiça que “o lançamento previsto é para 11 de setembro de 2026”. Ou seja, em pleno período eleitoral, a

menos de um mês do primeiro turno, marcado para o dia 4 de outubro.

Além disso, o deputado afirma que o longa metragem atua como uma “megapeça de propaganda disfarçada” que exalta a figura do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), pai do candidato e reproduz “teses conspiratórias e fake news contra a democracia brasileira”, ao afirmar, no roteiro, que fraudes nas urnas teriam sido “abundantes”.

No entanto a ação judicial é centrada “na total inviabilidade econômica do projeto”, que exporia uma engenharia financeira suspeita. O orçamento de R\$ 134 milhões, negociado por Flávio Bolsonaro, foge da realidade do cinema nacional.

No documento, Chinaglia diz que, para cobrir custos e obter o lucro de 20% prometido aos investidores, “o filme precisaria alcançar uma bilheteria irreal de até R\$ 804 milhões”. Aponta como base de comparação, que a maior bilheteria da história do cinema brasileiro arrecadou R\$ 181 milhões.

O deputado sugere que o levantamento de recursos pode ter outra finalidade: “A conta não fecha. O hiato entre o aporte realizado e o retorno comercial, tido como impossível, constitui forte indício de ilicitude”.

A suspeita levantada por Chinaglia é de que o filme está sendo usado para triangular recursos públicos. Ele lembra que a produtora da obra, GoUp Entertainment, tem a mesma sócia-administradora de ONGs que receberam mais de R\$ 111 milhões da Prefeitura de São Paulo e de emendas parlamentares — “verbas que já são alvos de investigação policial por suspeita de notas frias”.

Fernando Molica

A dívida pesada da direita

A relação da direita, em particular do PL, com Jair Bolsonaro se assemelha àquela dívida que caracteriza uma forma de escravidão: trabalhadores enganados descobrem, ao chegarem em uma propriedade rural, que acumulam débitos por transporte, alojamento e habitação. Esse tipo de compromisso é impossível de ser quitado.

Diferentemente desses lavradores, a direita sabia onde estava se metendo ao avalizar o bolsonarismo e recebeu seu pagamento, milhões e milhões de votos que viabilizaram mandatos, poder e, eventualmente, bons negócios.

A derrota em 2022 não chegou a abalar a relação, o PL e partidos do Centrão elegeram muita gente, garantiram verbas de fundos partidário e eleitoral, liberação de emendas não obrigatórias e cargos no governo federal — até integrantes mais pragmáticos do partido de Bolsonaro conseguiram se ajeitar com o Planalto. Minoritário no Congresso, o governo precisou se render ao varejo do toma lá-dá cá para tentar aprovar projetos, e com frequência foi derrotado.

Nem mesmo o julgamento dos golpistas feriu a direita de maneira decisiva com exceção de casos isolados, como o do ex-deputado Alexandre Ramagem. O universo político tradicional escapou quase ileso da apuração da Polícia Federal, das denúncias da Procuradoria-Geral da República e das condenações do Supremo Tribunal Federal.

Indicado pelo pai para concorrer à Presidência, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) também não pareceu ser contaminado pela onda contra golpistas, tanto que vinha crescendo nas pesquisas eleitorais até o surgimento de suas conversas com Daniel Vorcaro.

A repercussão do caso e o dano à candidatura já detectador por duas pesquisas — Atlas/Intel e Vox — mudaram o jogo. Dessa vez, candidatos ao Legislativo e aos governos estaduais podem ser afetados pelas relações entre o primogênito de Jair Bolsonaro com o ex-proprietário do Banco Master.

Quase todos já tiraram casquinha na popularidade do ex-presidente e do senador, vai ficar difícil negar as ligações. Ficou menor a chance de muita gente se eleger no vácuo de um representante do clã, a conta ficou alta demais.

O histórico de Bolsonaro-pai e manifestações dele nos últimos dias indicam que ele não aceitará a retirada da candidatura que abençoou: defensor de sua própria família, prefere a reeleição do presidente Lula (PT) à ascensão de uma liderança à direita que deixe seu clã em segundo plano.

Ao exigir a manutenção de Flávio na cabeça de chapa do PL ao Planalto, ele exhibe aos aliados o tamanho da dívida por eles acumulada, a casa, a comida, e a roupa lavada. E, ao mesmo tempo, aponta para o sistema de segurança de sua propriedade, para os muros e para os milhões de eleitores que o seguem.

De frente para um dilema, aliados tentam ganhar tempo, esperam que as pesquisas eleitorais confirmem uma possível inviabilidade da candidatura de Flávio Bolsonaro, o que poderia justificar um rompimento e evitar a pecha de traição. O desafio, porém, será argumentar com base na racionalidade eleitoral com uma parcela da população trata a política com a lógica da fé, do embate do bem e do mal.

EDITORIAL

Os cuidados com o IR nesta reta final de envio

À medida que se aproxima o prazo final para a entrega da declaração do Imposto de Renda, milhões de brasileiros correm contra o relógio para cumprir uma obrigação que exige atenção, organização e responsabilidade. É justamente nessa última semana que aumentam os riscos de erros capazes de levar o contribuinte à chamada “malha fina”, situação que provoca atrasos na restituição, necessidade de comprovações adicionais e, em alguns casos, multas e cobranças da Receita Federal.

A pressa é inimiga da precisão. Muitos contribuintes deixam para declarar nos últimos dias e acabam preenchendo informações sem conferência adequada. O problema é que a Receita dispõe hoje de sistemas altamente sofisticados de cruzamento de dados. Informações sobre salários, movimentações bancárias, despesas médicas, aplicações financeiras e até operações com cartões de crédito são comparadas automaticamente com os dados enviados por empresas, bancos, hospitais e planos de saúde. Qualquer divergência pode acender o alerta do Fisco.

Entre os erros mais comuns estão a omissão de rendimentos, especialmente de trabalhos temporários, freelances ou alugueis; a inclusão de dependentes em mais de uma declaração; e a dedução indevida de despesas médicas sem comprovantes válidos. Também é frequente a digitação incorreta de valores, CNPJs e informes finan-

ceiros. Pequenos deslizes podem gerar grandes dores de cabeça.

Outro ponto importante é evitar a tentação de “aumentar” despesas dedutíveis para elevar a restituição. Essa prática, além de ilegal, tornou-se facilmente identificável pelos mecanismos de fiscalização eletrônica. O contribuinte precisa compreender que a declaração não deve ser vista como uma oportunidade de improviso, mas como um retrato fiel da sua situação financeira.

Especialistas recomendam separar toda a documentação antes do preenchimento e revisar cada campo com calma, mesmo diante da pressão do prazo. Conferir os informes de rendimento, guardar recibos médicos e verificar dados de dependentes são atitudes simples que reduzem significativamente o risco de inconsistências.

Também vale lembrar que entregar a declaração dentro do prazo, ainda que incompleta, pode ser menos prejudicial do que não entregá-la. Informações podem ser corrigidas posteriormente por meio de declaração retificadora, sem cobrança de multa por atraso.

Num cenário em que a tecnologia amplia a capacidade de fiscalização do Estado, agir com transparência e atenção deixou de ser apenas prudência: tornou-se necessidade. Na reta final do Imposto de Renda, o melhor caminho para evitar a malha fina continua sendo o mais básico: declarar com honestidade, organização e cuidado.

Opinião do leitor

Pentecostes

Na solenidade de Pentecostes, que será celebrada, neste domingo, no dia 24 de maio, cada cristão é convidado a levar uma vida segundo o Espírito de Deus. Amparados nos dons espirituais e invocando sempre o espírito Paráclito e consolador que vem do Alto, nenhum cristão se sentirá sozinho ou desmotivado.

*José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal*

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200

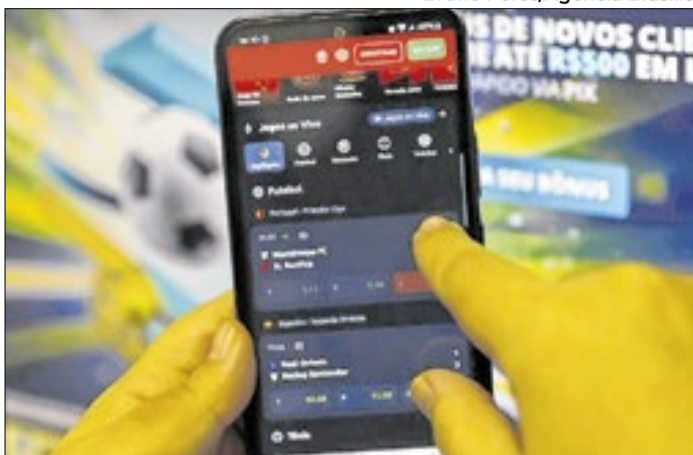
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

CORREIO POLÍTICO

Bruno Peres/Agência Brasília



Entre 40% e 51% das casas de aposta são ilegais

Mais da metade das bets atua de forma ilegal no Brasil

Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) que embasou voto do ministro Jorge Oliveira traz um dado estarrecedor: cerca de metade das apostas bets que são feitas no Brasil são ilegais, estão relacionadas a casas que não têm autorização para atuar no país. O dado baseia-se em um estudo elaborado pela LCA Consultoria Econômica a pedido do Instituto Jogo Responsável. Segundo esse estudo, no cenário mais otimista, 40% do jogo em bets é ilegal. No cenário, mais pessimista, 51%. Tal constatação tem mais de um efeito danoso. O primeiro é que a cada ano cerca de R\$ 26 bilhões a R\$ 40 bilhões estão deixando o Brasil pelo ralo: é dinheiro não contabilizado no país, que não paga imposto nem entra formalmente.

Jogo ilegal não dá garantia alguma

O segundo ponto igualmente fundamental: sem regulamentação, esses jogos ilegais não dão garantia alguma ao apostador. Se a pessoa joga e ganha, não tem qualquer garantia de que receberá de fato o valor que ganhou. E, se não receber, esse apostador não tem também para quem reclamar. E, ainda que reclame, os mecanismos brasileiros de regulamentação e a justiça não têm como acionar essa bet ilegal.

Marcos Oliveira/Agência Senado



TCU recomenda maior integração das ações

Fiscalização falha, segundo tribunal

Com a nova regulamentação feita no ano passado, as bets que ficaram legais pagam tributos. “Mesmo assim, operadores ilegais continuam atuando no mercado de apostas no Brasil, o que gera um desafio para o governo”, aponta o relatório. A tarefa do TCU foi justamente procurar saber como o governo encara esse desafio. E os achados não foram os melhores. Há, segundo o tribunal, uma “fragmentação de ações governamentais, que dificulta o combate efetivo a casas de apostas ilegais e pode facilitar operações de lavagem de dinheiro”.

Falta melhor monitoramento

O país, diz o relatório do TCU, não estaria preparado para monitorar o funcionamento dessas casas de apostas, os sites cujos endereços não estão no Brasil mas aqui podem ser acessados. Com uma capacidade, além disso, de conseguir coibir, retirar o acesso ou exigir que a operação daquela plataforma se torne legal e funcione dentro das normas do país.

POR
RUDOLFO LAGO

Garantias

Não é apenas o prejuízo econômico para o país. O prejuízo da aposta num site ilegal pode ser do próprio apostador. “O mercado ilegal também não possui mecanismos de proteção ao consumidor, como bloqueio de menores de idade, controle de vício e canais oficiais para denúncias”, diz o relatório.

Crime

Há ainda a forte suspeita de envolvimento dessas casas de aposta com o crime. O relatório aponta riscos de envolvimento com “lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo”. O Grupo de Ação Financeira Internacional (Gafi), criado para combater tais crimes, recomenda que os países tenham atenção.

Integração

Tudo isso, na visão do TCU, exige uma integração de forças do governo federal. É necessário um trabalho conjunto que envolva Ministério da Fazenda, Banco Central, Ministério da Justiça, Polícia Federal. E também Ministério Público e órgãos da Justiça. Ou o dinheiro das bets seguirá descendo pelo ralo.

Coordenação

“No âmbito dos órgãos envolvidos na prevenção e combate à lavagem de dinheiro, detectou-se a necessidade de uma melhor coordenação das ações, com melhor definição de competências e responsabilidades de cada órgão, maior grau de automatização e compartilhamento tempestivo de informações”, conclui Jorge Oliveira, em seu voto.

Bilhões

Os valores são impressionantes. Apenas no primeiro semestre de 2025, as casas de apostas legalizadas tiveram um lucro de R\$ 17,4 bilhões. É o que tecnicamente se chama de “Gross Gaming Revenue” (GGR), a receita gerada, calculada a diferença entre o valor total apostado e o que foi pago de prêmio.

Doença

Para além da perda de receita, do eventual envolvimento com crimes, o relatório lembra que o jogo vicia, adoece e endivida. Uma epidemia que envolve grandes interesses, de patrocinadores, patrocinados, times de futebol, influenciadores. Ruim, talvez, mesmo quando transparente. Muito pior quando obscuro.



DC substituiu Aldo Rebelo por Joaquim Barbosa

Aldo dobra a aposta: “Sigo candidato à Presidência”

Após troca por Joaquim Barbosa, DC ameaça expulsão

Por Gabriela Gallo

O jornalista Aldo Rebelo, ex-deputado e ex-ministro, resolveu dobrar a aposta contra o presidente da Democracia Cristã (DC), o também ex-deputado João Caldas. Apesar da nota do partido comunicando o seu processo de expulsão, Aldo ignorou a pressão e informou que seguirá com sua pré-candidatura à Presidência da República até que aconteça a convenção partidária.

“Reafirmo a determinação de prosseguir na jornada de minha pré-candidatura até a convenção partidária, instância autorizada para decidir soberanamente a escolha de candidaturas do partido”, ele afirmou por meio de nota enviada ao Correio da Manhã. Procurado insistentemente, João Caldas não retornou as ligações.

No início da semana, João Caldas comunicou que estava trocando Aldo Rebelo pelo ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa como candidato à Presidência. O próprio Joaquim Barbosa, porém, até agora não se manifestou. Aldo, então, afirmou que manteria sua candidatura mesmo que tivesse que recorrer à Justiça. João Caldas, então, comunicou que iria expulsá-lo da legenda.

As convenções partidárias estão programadas para ocorrer entre 20 de julho e 5 de agosto, segundo o calendário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os

partidos e federações têm até o dia 15 de agosto para registrarem as candidaturas de seus representantes na Justiça Eleitoral.

Nesta quinta-feira (21), a direção do Democracia Cristã abriu um processo disciplinar de expulsão de Aldo Rebelo do partido. A decisão ocorre dias após o partido divulgar uma nota, assinada pelo presidente do partido João Caldas, informando que o representante da sigla na disputa ao Palácio do Planalto em outubro será Joaquim Barbosa, após Aldo não desempenhar grandes resultados nas pesquisas de intenção de voto.

Após a medida, Rebelo teceu críticas a João Caldas e disse que o presidente do DC optou por Barbosa por medo do avanço das investigações sobre o Banco Master em Alagoas.

O partido criticou as falas de Aldo e publicou uma nota divulgando o processo de desligamento dele.

“Diante do esgotamento das diversas tentativas de resolução harmoniosa — frustradas pela reiterada intransigência do recém-filiado — e tendo em vista os gravíssimos fatos e provas apurados, que afrontam os valores, os princípios, os objetivos e o Estatuto do partido, a Direção Nacional do DC delibera pela abertura imediata de procedimento disciplinar contra o referido filiado. Tal medida resultará em sua expulsão sumária”, diz a nota.

Estratégia de Flávio para estancar crise é defender CPMI

Davi Alcolumbre, porém, resolve sentar em cima da investigação

Andressa Anhoete/Agência Senado

Por Beatriz Matos

O senador Flávio Bolsonaro (PL) decidiu subir o tom. Em meio ao avanço das investigações envolvendo o Banco Master e ao desgaste provocado pela divulgação de áudios, relações políticas e conexões financeiras com o banqueiro Daniel Vorcaro, o pré-candidato bolsonarista passou a defender publicamente a instalação de uma CPMI para investigar o caso. O movimento, porém, acontece num momento em que aliados do próprio PL admitem reservadamente preocupação com a possibilidade de novos fatos surgirem sobre a relação entre os dois.

Enquanto discursava no plenário do Congresso rodeado por aliados, atacando o governo Lula, o Supremo Tribunal Federal (STF) e cobrando a abertura da comissão parlamentar, nos bastidores já circulavam articulações sobre uma nova viagem de Flávio aos Estados Unidos (EUA). A agenda inclui tentativa de encontro com o presidente norte-americano Donald Trump e é vista por interlocutores como uma tentativa de reorganizar o ambiente político em torno do senador.

A movimentação ocorre justamente quando a delação premiada de Daniel Vorcaro enfrenta dificuldades. Depois da Polícia Federal (PF) considerar insuficiente o material entregue pelo banqueiro, a Procuradoria-Geral da República (PGR) segue como única instância ainda negociando um possível acordo. Investigadores avaliam que Vorcaro ainda não apresentou informações consideradas centrais para a estrutura do caso. E avalia-se é que a tendência é o relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça, não homologar a delação.

A percepção do advogado e analista político Melillo Dinis é de que o escândalo já deixou de ser apenas uma crise financeira envolvendo o Banco Master e passou a contaminar diretamente o ambiente político de Brasília.

Pressão

Na sessão do Congresso para apreciar vetos presidenciais, a questão acabou gerando forte debate. De um lado, Flávio Bolsonaro usou o plenário para sua ofensiva política. Por outro, foi cobrado pelo deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) sobre seu envolvimento com a crise.

Cercado por parlamentares aliados, o senador afirmou que não tem “nada a esconder” e desafiou a esquerda a apoiar a criação da CPMI.



Cercado por aliados, Flávio cobra CPMI: “Não tenho nada a temer”

“Mais do que nunca, é necessária a instalação dessa CPMI do Banco Master”, afirmou. “Eu quero Daniel Vorcaro e Augusto Lima sentados naquela CPMI falando qual é a relação que eles tinham com Flávio Bolsonaro, qual é a relação que eles tinham com Lula e qual é a relação que eles tinham com Alexandre de Moraes.”

O discurso veio acompanhado de uma tentativa clara de deslocar o foco das acusações envolvendo seu nome para ataques ao governo federal e ao PT. Flávio repetiu críticas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mencionou investigações envolvendo o filho do presidente, Fábio Luiz da Silva, “o Lulinha”, e tentou associar o caso Master ao Palácio do Planalto.

Ao mesmo tempo, aliados do senador passaram a reforçar publicamente a narrativa de que Flávio teria sido apenas mais um entre diversos políticos, empresários e empresas que mantiveram relação institucional ou comercial com Vorcaro antes do escândalo vir à tona.

No discurso, o senador tentou enquadrar o financiamento do filme sobre Jair Bolsonaro como um investimento privado sem irregularidade. “Do outro lado, está o filme do presidente Bolsonaro, que recebeu investimento privado de alguém que, na época, não tinha absolutamente nada que pudesse desabonar a sua conduta”, afirmou.

Explicações

Em seguida, as falas de Flávio foram rebatidas por Lindbergh Farias.

“O senhor sobe à tribuna como se não tivesse acontecido nada”, disse Lindbergh. “Nenhuma explicação à nação, nenhuma explicação ao Brasil.”

“Só Vossa Excelência pode explicar sobre os ‘R\$ 61 milhões’”, disse Lindbergh. De acordo com o áudio que se tornou público, Flávio Bolsonaro pediu a Daniel Vorcaro R\$ 134 milhões para financiar o filme Dark Horse, cinebiografia de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro. Desse total, já teria recebido R\$ 61 bilhões.

CPMI

Tudo, porém, ficou apenas no embate retórico entre governo e oposição. Porque, na prática, pelo menos por enquanto não haverá CPMI do Banco Master. O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União-AP), indicou que não pretende avançar com a criação da comissão neste momento. Nos bastidores, líderes partidários avaliam que há receio de que uma investigação parlamentar televisada amplie ainda mais o desgaste político do caso. E há quem aponte para o risco de a crise respingar no próprio Alcolumbre,

porque o Fundo de Previdência do Amapá foi um dos que investiu recursos no Master.

Para Melillo Dinis, a resistência em abrir a comissão revela temor dentro do próprio sistema político.

“O que existe por trás desse movimento é uma lógica de contenção de danos. Há receio de que uma CPI produza vazamentos, desgaste permanente e instabilidade num momento em que o sistema político tenta chegar relativamente organizado até o fim de 2026”, afirmou.

Segundo ele, o Senado tenta evitar que o caso se transforme num novo centro de guerra política em Brasília. “Quando lideranças políticas seguram uma CPI, isso quase sempre revela que há muita gente preocupada com o tamanho do incêndio, não apenas com a fumaça”, completou.

Reação

A preocupação aumentou dentro do próprio PL. Segundo os bastidores colhidos com aliados da

Reprodução TV Senado



Lindbergh rebateu Flávio: “Explique os R\$ 61 milhões”

legenda, cresceu entre integrantes do partido o temor de que novos fatos envolvendo Flávio Bolsonaro possam surgir nos próximos meses.

Nos bastidores, integrantes do partido afirmam que “não podem ser surpreendidos” novamente e admitem que novas contradições poderiam tornar a situação politicamente “insustentável” para o senador, hoje tratado como principal nome bolsonarista para disputar a Presidência da República.

Em meio à crise, Flávio também iniciou mudanças na equipe de comunicação. O publicitário Marcello Lopes anunciou oficialmente que deixa a pré-campanha presidencial do senador. Embora a nota pública tenha atribuído a saída a questões pessoais e profissionais, nos bastidores o movimento foi interpretado como tentativa de reorganizar a gestão da crise. Agora, o publicitário Eduardo Fisher assumirá a comunicação da campanha.

Para Melillo, a troca reforça o diagnóstico interno de desgaste político. “Troca de comunicação em meio à crise nunca é casual. Isso normalmente acontece quando a avaliação interna é de que a narrativa pública começou a gerar desgaste eleitoral”, afirmou.

Segundo ele, a tentativa de aproximar Flávio Bolsonaro novamente de Donald Trump também faz parte dessa estratégia. “A viagem aos Estados Unidos e a aproximação com Donald Trump fazem parte de uma estratégia clássica de reposicionamento. Vão tentar sair da defensiva doméstica e ocupar espaço com uma agenda internacional, ideológica e simbólica junto ao eleitorado conservador.”

Na avaliação do analista, o movimento ajuda a reorganizar a militância no curto prazo, mas também pode reforçar a percepção de fragilidade política. “Em política, quando alguém muda rapidamente o foco da conversa, os adversários sempre exploram isso como sinal de preocupação real.”

Bastidor

Ao deixar o plenário do Congresso, Flávio Bolsonaro foi cercado por jornalistas e questionado sobre a possível reunião com Donald Trump. Em meio ao empurra-empurra e às gargalhadas de aliados, o senador respondeu em inglês, apesar de todos os profissionais presentes serem brasileiros.

A cena repercutiu nos corredores do Congresso e foi interpretada por parlamentares da oposição como uma tentativa de deboche diante da crise.

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados



Para Chico Alencar, artigo é inconstitucional

Derrubada de veto que vetava doações deve parar no STF

A derrubada do veto do presidente Lula ao artigo que permite doações de "bens, valores e benefícios" mesmo nos três meses que antecedem a eleição deverá provocar outra batalha no Supremo Tribunal Federal.

O deputado Chico Alencar (Psol-RJ), que na sessão afirmou que o artigo liberava a compra de votos, disse ao Correio Bastidores que sua assessoria jurídica já estava analisando o tema, com o objetivo de protocolar uma ação no STF.

Ao lado de outros parlamentares da base governista, como a deputada Erika Kokay (PT-DF), Alencar classificou que o ponto reintroduzido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é inconstitucional.

Favorecimento

Ao vetar o artigo, o governo alegou que não cabe à LDO alterar a legislação eleitoral. A lei que trata de eleições (9.504, de 1997) proíbe a "transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios" nos três meses que antecedem o pleito. Isso, para evitar o favorecimento de candidatos.

Alencar ressaltou que, pela Constituição, mudanças na lei eleitoral só entram em vigor um ano depois.

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados



Davi Alcolumbre pautou a análise dos vetos à LDO

Liberou geral

Na prática, a nova redação da LDO ajuda partidos que dominam governos estaduais e prefeituras, que poderão fazer doações ou transferências de recursos não previstos para obras ou serviços. A lei eleitoral permite também o envio de recursos em caso de calamidades.

O artigo ressuscitado pelo Congresso, com votos principalmente da oposição, diz que essas doações não representam descumprimento da legislação eleitoral.

No veto, o governo alegou que o artigo contraria os poderes que a Constituição dá para a LDO.

Limites da lei

Segundo a Constituição, à LDO deve tratar de "metas e prioridades da administração pública federal" e estabelecer "diretrizes de política fiscal e respectivas metas".

Deverá também orientar a elaboração da lei orçamentária anual, dispor sobre alterações na legislação tributária e sobre a "política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento".

Jurista

Procurado pela coluna, o advogado Lenio Streck, professor de direito constitucional da Universidade do Vale dos Sinos (RS), afirmou que o governo está correto. Isto, ao, no veto, apontar que a questão eleitoral não pode ser tratada pela lei que estabelece diretrizes para o orçamento da União.

'Insuportável'

Autora de um dos pedidos de criação de Comissão Parlamentar Mista de Investigação sobre o Master, a deputada Heloísa Helena (Rede-RJ) classifica de "insuportável" a não instalação do grupo. Em tese, PL e PT são favoráveis à CPMI, como afirmaram ontem, na sessão, parlamentares dos dois partidos.

Dono da bola

Ontem, depois de ser cobrado, o presidente do Senado e do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), disse que a instalação da CPMI era prerrogativa dele. Isso, apesar de o regimento falar que sua instituição é automática durante sessão conjunta caso tenha o número mínimo de assinaturas.

Subterrâneos

Heloísa Helena afirma ter trocado mensagens com Alcolumbre antes da sessão de ontem e insistido na instalação da CPMI. Ela diz não saber se alguns dos parlamentares que assinaram os pedidos querem mesmo a investigação: "Não conheço os subterrâneos" (do Congresso Nacional), não sei o que se passa por lá", justifica.

Os lobos

Para quem conhece bem o Congresso, a resistência de Alcolumbre não é solitária, a não instalação da CPMI seria útil para o governo e oposição. Assim, cada lado pode acusar o outro sem obrigação de dar respostas. A CPMI do INSS mostrou que, diferentemente do sucesso de Alcione, chumbo trocado dói.

Bola fora

Um experiente marqueteiro diz que Flávio Bolsonaro (PL-RJ) errou ao falar em inglês que não tentará encontro com Donald Trump. O uso do idioma foi, segundo o senador, para que Lula não entendesse sua resposta. Para o publicitário, o gesto transmite uma imagem elitista e arrogante.



Veto do Congresso garante mais dinheiro em ano eleitoral

Congresso flexibiliza verba a municípios

No mesmo dia, STF julga válida construção da Ferrogrão

Por Gabriela Gallo

Municípios com até 65 mil habitantes que estejam inadimplentes (ou seja, que atrasaram os pagamentos de dívidas) com a União podem realizar convênios e receber recursos federais, inclusive emendas parlamentares.

A medida é possível após o Congresso Nacional derrubar em sessão conjunta nesta quinta-feira (21) o veto parcial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2026. A medida segue para promulgação e beneficia ao menos 3,1 mil municípios que estão inadimplentes.

Faltando menos de cinco meses para o primeiro turno eleitoral, o poder Legislativo flexibilizou os repasses orçamentários para os municípios.

Mirando nas demandas municipais, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), já tinha comunicado a sessão entre deputados federais e senadores para destravar a pauta no Congresso durante sua participação na XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios na terça-feira (19).

O trecho da LDO garante que esses municípios não dependem de adimplência fiscal (cumprimento pontual de obrigações financeiras) para a emissão de nota de empenho (documento emitido pela Administração Pública que garante a reserva de

recursos orçamentários para pagar por um produto ou serviço contratado).

Além disso, os municípios não dependem de adimplência para a realização das transferências de recursos e a assinatura de convênios, bem como a doação de bens, materiais e insumos.

Outros dispositivos referentes ao veto derrubado determinam que a União é responsável por destinar recursos orçamentários para a construção e a manutenção de rodovias estaduais e municipais (para integrar transportes e escoar a produção) e para a malha hidroviária, ainda que não sejam de competência federal.

Além do Congresso Nacional, nesta quinta-feira o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou válida a lei que reduziu a área do Parque Nacional do Jamanxim (PA), para a construção da Ferrogrão, ferrovia que ainda está em fase de planejamento e deverá ser construída entre Sinop (MT) e Itaituba (PA) para escoar produção agrícola. Por nove votos favoráveis e dois contrários, os magistrados julgaram como constitucional a norma que reduziu a área ambiental preservada do Parque para construir a ferrovia. A ministra Cármen Lúcia foi a única que não participou da votação.

A construção da Ferrogrão é uma queda de braço de longa data entre ambientalistas e setores do agronegócio.

Leonardo Boff*

A corrupção naturalizada, em fim desmascarada: o banco Master

A liquidação oficial do Banco Master, cujo dono principal era Daniel Vorcaro, desmascarou uma cadeia de corrupções envolvendo praticamente as principais instituições nacionais, segundo alguns, até a suprema corte judicial. Como o tema é atualíssimo, retomo um pequeno estudo, feito há tempos, com as atualizações necessárias.

Consideremos o conceito de corrupção e sua origem histórico-social. A palavra corrupção tem sua origem na teologia. Antes de se falar em pecado original, expressão que não consta na Bíblia, se dizia que o ser humano concreto vive numa situação de corrupção. Mas foi Santo Agostinho (354-430), bispo de Hipona, hoje Argélia, no ano 416 numa troca de cartas com São Jerônimo que criou a palavra pecado original, transmitido pelo ato sexual, pecado que corrompe o ser humano desde o seu nascimento. Ai usa a palavra corrupção geral. Ele explica a etimologia: corrupção é ter um coração (cor) rompido (ruptus) e pervertido. O filósofo Immanuel Kant não dizia outra coisa: "somos um lenho torto do qual não se podem tirar tábuas retas".

Em outras palavras: há uma força do negativo em nós que nos incita ao desvio que é a corrupção. Ela não é fatal. Pode ser controlada e superada, segundo Santo Agostinho, pelas virtudes e pela graça divina, senão segue sua tendência.

Como se explica a corrupção no Brasil? Identifico, com outros analistas, três razões básicas entre outras: a histórica, a política e a cultural. A razão histórica: somos herdeiros de uma perversa herança colonial e escravocrata que marcou nossos hábitos. A colonização e a escravidão são instituições objetivamente violentas e desumanas. Então as pessoas subalternas para sobreviverem, eram levadas a corromper, quer dizer: subornar, conseguir favores mediante trocas, peculato ou nepotismo.

Por exemplo, vigora corrupção sistêmica na sonegação de impostos e nas contribuições ao INSS. O Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, em seu "Sonegômetro" denunciou, que nos últimos anos, a sonegação anual seria por volta de 158 bilhões. Isso é muito mais do que o "Petrolão" em apenas 5 meses (cf. Tomás Rigoletto Pernías em Brasil Debate de 25/04/2017). Muitos corrompem Procuradores ou estes se deixam corromper.

A razão política: nas palavras do sociólogo Jessé Souza: "A "corrupção política, é a legitimação da elite brasileira para manipular a sociedade e tornar o Estado seu banco particular. A captura do Estado pelos proprietários, obviamente, é a verdadeira corrupção".

Ademais, importa reconhecer que o capitalismo, agora sob o nome de neoliberalismo, mas sempre como modo de produção depredador da natureza e opressor dos trabalhadores e, pior, como cultura do capital, aqui e no mundo é, um sistema, em sua lógica interna, corrupto, embora aceite socialmente. Ele simplesmente impõe a dominação do capital sobre o trabalho e da tecnologia so-

bre a natureza devastando-a sem tomar em conta as externalidades deixadas à responsabilidade do Estado. O capitalismo instalado no Brasil é periférico e selvagem, mas não em todos, e nunca passou por um processo de humanização.

Por isso, o capitalismo é por natureza antidemocrático, pois a democracia supõe uma igualdade básica dos cidadãos e direitos garantidos, aqui permanentemente violados. Querendo ser representativa dos eleitores, na verdade, representa os interesses das elites do atraso, dominantes, e daqueles que financiaram suas campanhas eleitorais e não os interesses gerais da nação. É o caso da atual Câmara dos Deputados, a pior de nossa história.

Razão Cultural: A cultura dita regras socialmente reconhecidas. Roberto Pompeu de Toledo escreveu em 1994 na Revista Veja: "Hoje sabemos que a corrupção faz parte de nosso sistema de poder tanto quanto o arroz e o feijão de nossas refeições".

Os corruptos são vistos como espertos e não como criminosos que de fato são. Via de regra podemos dizer: quanto mais desigual e injusta é uma sociedade, mais se cria um caldo cultural que permite e tolera a corrupção e a impunidade.

Especialmente nos portadores de poder se manifesta a tendência à corrupção. Quem viu claro esta conexão entre poder e corrupção foi o Lord John Emerich Edward Dalberg-Acton (1848-1902). Católico e de família aristocrática anglo-italo-alemã, foi professor de história em Cambridge. Na data de 5 de abril de 1887 escreveu uma carta a seu colega Mandell Creighton em que dizia: "O poder tem a tendência a se corromper e o absoluto poder a se corromper absolutamente"

Não sei se por pessimismo ou por realismo afirmava também: "Meu dogma é a geral maldade dos homens com autoridade; são os que mais corrompem". No Brasil isso parece se verificar.

O encaminhamento do processo contra Vorcaro e o ex-banco Master vai, seguramente, revelar uma estarrecedora corrente de corrupção, envolvendo políticos de todos os matizes e a família Bolsonaro no seu intento de forjar um filme exaltatório sobre o condenado golpista ex-Presidente.

Como superar a corrupção? De princípio, sempre confiar-desconfiando do ser humano porque nunca é imune de abusar do poder do dinheiro. Nada de dar cheques em branco. Depois, evitar a concentração de poder. A divisão dos poderes foi pensada para evitar a corrupção possível. Em seguida, o controle da sociedade usando especialmente a multimídia. Exigir sempre transparência em todos os procedimentos. Por fim punir os corruptos com penas pesadas por terem cometido um crime grave que lesa o bem comum.

***Leonardo Boff escreve para a revista do ICL LIBERTA (<https://www.revistaliberta.com.br>); escreve também Transparência nas pessoas e instituições Vozes 2025 (<https://www.leonardoboff.org>).**

Vinicius Lummertz*

Cloud Capitalism e o novo feudalismo digital

O capitalismo está mudando de natureza. Talvez estejamos entrando numa fase histórica em que os ativos centrais da economia deixam de ser fábricas, petróleo ou território físico para se tornarem dados, inteligência artificial, computação em nuvem e controle algorítmico da vida humana.

Não é apenas uma revolução tecnológica. Pode ser uma transformação estrutural do próprio sistema econômico.

O economista Yanis Varoufakis chamou esse fenômeno de "tecnofeudalismo". Segundo ele, parte do capitalismo competitivo está sendo substituída por plataformas digitais que funcionam como verdadeiros feudos globais. Elas não vendem apenas produtos ou serviços. Controlam infraestrutura, comportamento, informação, publicidade, reputação, comunicação e parte crescente das relações sociais e econômicas.

A tese parecia exagerada há poucos anos. Hoje, começa a soar plausível.

Quando Elon Musk afirma que a inteligência artificial poderá tornar o trabalho humano secundário em grande parte da economia, ele não está falando apenas de automação. Está descrevendo uma reorganização profunda da sociedade. Quando Peter Thiel afirma que competição é para perdedores e que o objetivo real das empresas é alcançar monopólios tecnológicos, ele explicita a lógica estrutural da nova economia digital.

E quando a Palantir Technologies se transforma em peça estratégica de governos, defesa, inteligência e segurança, percebe-se que as big techs deixaram de ser apenas empresas privadas. Tornaram-se estruturas de poder geopolítico.

O historiador Yuval Noah Harari alerta que a inteligência artificial poderá criar uma "classe inútil", formada por milhões de pessoas economicamente deslocadas pela automação. Pela primeira vez, não se trata apenas de substituir partes crescentes da cognição humana, da análise técnica, da criatividade e até da produção intelectual.

Ao mesmo tempo, surge um paradoxo extraordinário.

Serviços sofisticados poderão se massificar numa escala inédita. Médicos apoiados por IA atenderão mais pacientes. Arquitetos, engenheiros, professores e advogados poderão multiplicar produtividade e alcance. Robôs humanoides assumirão tarefas repetitivas e perigosas. O acesso a serviços de qualidade poderá se ampliar dramaticamente.

Mas a pergunta central permanece: quem ficará com os ganhos dessa explosão de produtividade?

O capitalismo industrial distribuiu parte da riqueza por meio do emprego de massa, da urbanização e da formação da classe média. O cloud capitalism pode funcionar de forma diferente. Poucas empresas controlam nuvens computacionais, chips, sistemas operacionais, algoritmos, redes sociais e infraestrutura

global de inteligência artificial. Nunca tantos dados, capital e influência estiveram concentrados em tão poucas corporações privadas.

Por isso, ideias antes consideradas marginais começam a migrar para o centro do debate econômico. Renda básica universal. Participação acionária coletiva em fundos ligados à IA. Tributação automatizada da produtividade algorítmica. Novas formas de distribuição de riqueza produzida por máquinas.

A discussão deixa de ser apenas econômica. Passa a ser civilizacional.

E essa discussão já começou no mundo. Universidades, fundos de investimento, governos, centros estratégicos e líderes das grandes empresas de tecnologia passaram a debater não apenas o futuro da inteligência artificial, mas o futuro da própria sociedade diante dela.

O Brasil, porém, ainda discute muito pouco essas transformações.

Enquanto o mundo debate produtividade algorítmica, concentração digital, renda futura, reorganização do trabalho e soberania tecnológica, o debate público brasileiro segue frequentemente preso a disputas imediatas, polarizações superficiais e agendas do passado.

Mas essas questões definirão o futuro do emprego, da renda, da educação, da democracia, da economia e até da estabilidade social. Elas terão efeitos profundos sobre todos nós.

Por isso, esse debate precisa entrar na vida política brasileira. Precisa se tornar prioridade nacional. O país terá de discutir como preparar sua população para uma economia profundamente automatizada, como distribuir os ganhos da nova produtividade tecnológica e como evitar que a inteligência artificial amplie ainda mais desigualdades históricas.

Se algoritmos decidem, máquinas produzem e plataformas concentram poder, qual será o papel humano? O trabalho continuará sendo o principal organizador da identidade social? O que dará sentido à vida? Consumo? Entretenimento? Criatividade? Conhecimento? Comunidade? Propósito?

Já no século XIX, Alexis de Tocqueville alertava que sociedades excessivamente centralizadas poderiam produzir cidadãos passivos e dependentes. O risco atual talvez seja ainda mais sofisticado: uma centralização invisível, algorítmica e global, mediada por plataformas privadas com escala planetária.

O desafio do século XXI talvez não seja impedir a inteligência artificial. Ela já começou. O verdadeiro desafio será evitar que a prosperidade produzida por ela se transforme numa nova aristocracia tecnológica global.

Porque toda civilização entra em crise quando a maioria das pessoas deixa de enxergar um lugar digno para si dentro do próprio futuro.

***Vinicius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.**

CORREIO ECONÔMICO

POR
ANDRE SOUZA

Ilustração/Imagem gerada por IA



MPF: Leilão favoreceu usinas térmicas caras e poluentes

MPF pede suspensão de leilão bilionário de energia

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou a suspensão imediata dos Leilões de Reserva de Capacidade (LRCAP 02 e 03/2026), apontando indícios de ilegalidade que podem gerar impacto superior a R\$ 500 bilhões nas contas de luz ao longo de 15 anos. Segundo o órgão, os preços-teto dos certames subiram entre 73% e 100% em menos de 48 horas após pedidos de associações do setor termelétrico. O MPF afirma que o modelo favoreceu usinas térmicas caras e poluentes, em detrimento de alternativas mais baratas e limpas, como baterias de armazenamento. Entre as principais vencedoras dos leilões aparecem Eneva, Petrobras, Âmbar Energia, Engie Brasil Energia, Copel e SPIC Brasil, além de outros grupos do setor elétrico.

Recomendações do MPF sobre o leilão

O MPF recomendou que o Ministério das Minas e Energia suspenda a homologação, a adjudicação e a assinatura dos novos contratos, além de refazer os cálculos dos preços-teto com base em premissas neutras e independentes. À Aneel, o MPF recomendou que não realize novos atos de execução até a conclusão da instrução técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) e apresente uma Análise de Impacto Regulatório comprovando o custo-benefício para a sociedade.

Divulgação/Azul Linhas Aéreas



Medida visa reduzir impactos da alta do querosene

Linha de crédito para empresas aéreas

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou uma linha emergencial de crédito de até R\$ 1 bilhão para companhias aéreas que operam voos domésticos regulares no Brasil. Os recursos poderão ser usados para capital de giro, incluindo combustível, manutenção, fornecedores e folha salarial. Cada empresa poderá contratar até 1,6% do faturamento de 2025, limitado a R\$ 330 milhões. O prazo para pagamento será de seis meses. A medida busca reduzir os impactos da alta do querosene de aviação e evitar cortes de rotas e cancelamentos.

Fundo Garantidor para o Agronegócio

A equipe econômica do governo estuda a criação de um Fundo Garantidor voltado ao agronegócio como parte de um pacote para renegociação de dívidas rurais, diante do aumento das perdas causadas por eventos climáticos e do avanço do endividamento no campo. O mecanismo funcionaria de forma semelhante ao Fundo Garantidor de Crédito, com participação do governo, bancos e produtores.

Restituição do IR I

A Receita Federal abriu a consulta ao primeiro lote de restituição do Imposto de Renda 2026. O pagamento será feito no dia 30 de maio, com prioridade para idosos, pessoas com deficiência, professores e contribuintes que usaram a declaração pré-preenchida e optaram pelo Pix. A consulta pode ser feita no site/app da RF.

Restituição do IR II

A Receita Federal já divulgou o calendário dos próximos lotes de restituição do IR 2026. Após o primeiro pagamento, em 30 de maio, os demais lotes serão liberados em 30 de junho, 31 de julho, 29 de agosto e 30 de setembro. A consulta aos lotes costuma ser aberta uma semana antes de cada pagamento, no site e aplicativo da Receita.

Adequação da Ypê

A Ypê informou que investirá R\$ 130 milhões para adequar a fábrica de Amparo (SP) às exigências da Anvisa após a suspensão de linhas de produção. Segundo a empresa, mais da metade das medidas já foi concluída. O plano de adequação inclui mudanças estruturais e operacionais, com previsão de conclusão até o ano de 2027.

Arrecadação recorde

A arrecadação federal voltou a bater recorde em abril de 2026, ao ultrapassar R\$ 278 bilhões, segundo dados divulgados pela Receita Federal. O resultado confirma o bom desempenho da atividade econômica e de tributos ligados ao consumo, renda e operações financeiras e reforça a trajetória de crescimento das receitas do governo no primeiro trimestre.

4 mil vagas no RJ

Firjan SENAI abre quase 4 mil vagas gratuitas em cursos técnicos de nível médio no RJ, em áreas como TI, mecânica, automação, logística e segurança do trabalho. As aulas começam em julho, em 24 unidades e formato híbrido. Inscrições vão até 12 de junho, com seleção por prova de Português e Matemática.

Desenrola Famílias

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, informou que o Desenrola Famílias já renegociou R\$ 10 bilhões em dívidas e ultrapassou a marca de 1 milhão de CPFs atendidos, em poucos dias de operação. Segundo ele, o programa avança com forte adesão dos bancos e das famílias, ampliando o acesso à renegociação com descontos.



Veículos são leiloados sem garantia de funcionamento

Detran-SP realiza leilão de carros apreendidos

Certame virtual tem preços a partir de R\$ 2 mil, sem garantias

Andre Souza

O leilão virtual promovido pelo Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP) terá continuidade na próxima segunda-feira (25) com a oferta de veículos apreendidos e removidos por infrações de trânsito. Parte dos lotes já receberam lances pela plataforma online responsável pelo certame na quinta (21).

Entre os veículos disponíveis estão automóveis e motocicletas em condições de circulação, além de sucatas destinadas ao desmonte e à reciclagem. Os lotes foram recolhidos em operações de fiscalização e permaneceram em pátios credenciados sem que os proprietários regularizassem a situação dentro do prazo previsto pela legislação.

Os valores iniciais chamaram atenção por ficarem abaixo de referências do mercado de usados. Um dos destaques é um Honda Civic com lance inicial inferior ao valor de modelos recentes de celulares de alto padrão. Também há veículos populares com preço inicial na faixa de R\$ 2 mil, como um Peugeot 206. Os editais disponíveis no site do Detran apresentam detalhes como modelo, ano de fabricação, estado do veículo e valor mínimo para abertura dos lances.

O Detran-SP informa que os veículos são vendidos no estado em que se encontram, sem garantia de funcionamento. Antes do leilão, os interessados tiveram período de visita presencial para verificar as

condições dos lotes nos pátios indicados no edital. Durante a vistoria, não foi permitido ligar os veículos nem remover peças.

Como participar?

Para participar, é necessário fazer cadastro prévio no site da empresa leiloeira responsável pelo certame. Pessoas físicas podem disputar veículos conservados destinados à circulação, enquanto empresas registradas em órgãos de trânsito podem participar dos lotes de sucata aproveitável. Já os lotes destinados à reciclagem são restritos a empresas do setor de siderurgia e fundição.

Os lances são realizados de forma eletrônica. O sistema também permite a realização de pré-lances, modalidade em que o interessado registra antecipadamente um valor para o lote desejado. Se não houver oferta superior durante a sessão pública, o participante vence automaticamente a disputa. Os editais publicados detalham ainda as regras para pagamento, retirada dos veículos e transferência de propriedade. Após a arrematação, o comprador deve quitar o valor do lance e cumprir os prazos definidos para regularização documental.

Segundo o Detran-SP, os leilões têm como objetivo liberar espaço nos pátios e dar destinação aos veículos removidos que não foram reclamados pelos proprietários. Parte dos recursos arrecadados é utilizada para quitar despesas administrativas, multas e encargos vinculados aos veículos.

Governo define regras para crédito a motoristas de aplicativos

Resolução publicada pelo CMN autoriza até R\$ 30 bilhões para compra de veículos novos



Linha de crédito é voltada a motoristas de aplicativos, taxistas e cooperativas de táxi.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) regulamentou a nova linha de crédito voltada para motoristas de aplicativos, taxistas e cooperativas de táxi. A medida foi formalizada por meio da Resolução nº 5.304 e integra o programa federal Move Brasil, criado para financiar a compra de veículos novos destinados ao transporte individual de passageiros. O programa prevê até R\$ 30 bilhões em operações de crédito operadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em parceria com instituições financeiras habilitadas.

A resolução estabelece as condições financeiras, os limites de financiamento, os encargos aplicáveis e as regras para contratação das operações. O texto regulamenta a Medida Provisória nº 1.359, assinada pelo presidente Lula em 19 de maio.

Quem tem direito?

Segundo a resolução, poderão acessar a linha de crédito três grupos: motoristas de aplicativos en-

quadrados como profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas com autorização ou concessão do poder público e cooperativas de táxi.

Para os motoristas de aplicativos, o governo definiu critérios mínimos para acesso ao financiamento. O condutor deverá comprovar cadastro ativo há pelo menos 12 meses em plataforma participante do programa e ter realizado no mínimo 100 corridas no período. Taxistas precisarão apresentar autorização, permissão ou concessão do poder público para atuação no transporte individual de passageiros.

O financiamento será destinado exclusivamente à compra de veículos automotores novos que atendam critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica. O programa inclui veículos elétricos, híbridos, modelos movidos a etanol e veículos flex. O valor máximo permitido para o automóvel financiado será de R\$ 150 mil.

Além do veículo, a linha de crédito

poderá financiar seguros vinculados à operação, como seguro do bem e seguro prestamista, desde que contratados em conjunto com o automóvel. A resolução também autoriza a inclusão de itens de segurança voltados para mulheres motoristas de transporte de passageiros, com limite de até 10% do valor total financiado. O texto não detalha quais equipamentos poderão ser incluídos, mas a previsão foi incorporada à regulamentação como parte das medidas de segurança para profissionais mulheres.

O prazo máximo de pagamento será de até 72 meses, com possibilidade de carência de até seis meses para o início do pagamento do principal da dívida. Durante o período de carência, a resolução proíbe a capitalização dos encargos financeiros. A regulamentação definiu juros reduzidos para as operações. A remuneração da fonte de recursos será de 2,5% ao ano para os financiamentos em geral. No caso de aquisição de veículos por mulheres, a taxa

cai para 1,5% ao ano. Além dessa taxa, haverá cobrança de remuneração para os agentes financeiros envolvidos na operação. O BNDES poderá cobrar até 1,25% ao ano. Já as instituições financeiras habilitadas poderão cobrar até 8,5% ao ano.

Na prática, a taxa final dos contratos será formada pela soma dos encargos da fonte de recursos, da remuneração do BNDES e da taxa aplicada pelas instituições financeiras credenciadas. A resolução determina que os juros sejam calculados mediante conversão dos encargos em fatores financeiros e posterior multiplicação.

A resolução também permite a cobrança de outros encargos e tarifas normalmente aplicados em operações de crédito, conforme as políticas das instituições financeiras. Entre os custos adicionais que poderão ser cobrados estão tarifas administrativas, encargos operacionais e reserva de crédito, desde que previstos em contrato e divulgados oficialmente pelas instituições.

O risco das operações ficará concentrado nas instituições financeiras habilitadas pelo BNDES. Isso significa que os bancos assumirão o risco de inadimplência dos contratos firmados com motoristas e cooperativas.

As operações serão realizadas de forma indireta. Na prática, o financiamento não será contratado diretamente com o BNDES. O banco de fomento repassará os recursos às instituições financeiras credenciadas, responsáveis pela análise de crédito, aprovação e contratação.

Sobre o programa

O governo informou que a proposta busca ampliar o acesso ao crédito para profissionais que utilizam veículos próprios ou alugados para geração de renda. A iniciativa também busca estimular a renovação da frota, que pode gerar impacto na cadeia automotiva, ampliar a circulação de veículos com menor emissão de poluentes e aumentar a demanda por carros produzidos no país.

Anuário da Cerveja aponta recorde de cervejarias e exportações no Brasil

Ilustração/Imagem gerada por IA



Cervejas brasileiras chegaram a 77 países em 2025

O Brasil fechou 2025 com 1.954 cervejarias registradas, o maior número da série histórica, segundo dados do Anuário da Cerveja 2026, divulgado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária. O levantamento mostra expansão da produção, aumento das exportações e crescimento de categorias específicas, como a cerveja sem glúten. As unidades estão distribuídas em 794 municípios brasileiros.

O setor alcançou recorde no valor exportado, com US\$ 218,3 milhões (R\$ 1,09 bilhão) em vendas externas ao longo do ano. O saldo da balança comercial também atingiu o maior patamar da série histórica, com superávit de US\$ 195 milhões (R\$ 975 milhões). As cervejas brasileiras chegaram a 77 países em 2025.

O anuário mostra ainda retomada do crescimento no número de produtos registrados. Foram 44.212 registros em 2025, após retração observada no ano anterior. O total de marcas de cerveja registradas chegou a 56.170, avanço de 2,1% na comparação com 2024.

A produção nacional de cerveja atingiu 15,69 bilhões de litros. Dentro desse volume, as cervejas sem glúten registraram crescimento de 417,6%. A produção passou de 71 milhões de litros em 2024 para 367,9 milhões de litros em 2025. O segmento passou a representar 2,35% da produção nacional da bebida.

Segundo o levantamento, o setor cervejeiro responde por mais de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e gera

mais de 2,5 milhões de empregos em toda a cadeia produtiva. Entre os empregos diretos nas cervejarias, foram registrados 41,3 mil postos de trabalho em 2025, mantendo o nível acima

de 41 mil empregos desde 2020.

Os dados apontam continuidade do processo de interiorização da indústria cervejeira. O número de municípios com cervejarias chegou a 794, ampliando

a presença da atividade fora dos grandes centros urbanos. O anuário relaciona essa distribuição à proximidade entre produção e consumo, característica ligada à preservação do frescor da bebida e à logística de distribuição.

O documento também registra expansão do portfólio de produtos e aumento na diversificação do mercado. O crescimento das marcas registradas indica entrada de novos produtores e ampliação da atuação de cervejarias já instaladas no país. "Mesmo diante de dificuldades econômicas e eventos climáticos registrados ao longo de 2025, o setor manteve crescimento em diferentes indicadores. O levantamento aponta que a indústria continuou investindo em tecnologia, inovação e ampliação da capacidade produtiva" - cita o levantamento.

Ministro Kassio Nunes Marques*

Inteligência Artificial e Democracia

O nosso desafio não é pequeno. Como já disse em outras ocasiões, presidir um tribunal, administrar um tribunal, já não era uma tarefa fácil. Administrar um Tribunal Eleitoral, em um ano de eleições gerais, com os desafios que se apresentam, é algo ainda maior. E, para nós magistrados, trata-se de um ambiente ainda quase completamente desconhecido.

Estou há menos de uma semana à frente do Tribunal Superior Eleitoral e me conforta muito saber, agora de forma mais aprofundada, que o TSE vem trabalhando continuamente, diariamente, em relação às eventualidades que possamos enfrentar nessas eleições.

Nossa área de tecnologia está se dedicando muito e acredito que estamos em um caminho seguro para termos eleições não apenas harmônicas em relação à civilidade no Brasil, mas também para buscarmos mais civilidade nas redes sociais e no ambiente virtual.

Falar sobre inteligência artificial no processo eleitoral é falar, antes de tudo, sobre confiança. Confiança na informação que chega ao eleitor. Confiança na autenticidade da voz pública. Confiança na liberdade de convencimento de cada cidadã e de cada cidadão. E, sobretudo, confiança na integridade do processo democrático.

Vivemos um tempo em que já não basta perguntar se determinada informação é verdadeira ou falsa. Precisamos perguntar também quem a produziu, com que tecnologia, com qual finalidade, para qual público e mediante quais formas de manipulação ou personalização. A inteligência artificial alterou profundamente a forma como conteúdos são criados, distribuídos e recebidos. Ela não é apenas uma ferramenta de automação. É uma infraestrutura capaz de coletar dados, identificar padrões, inferir comportamentos, segmentar públicos e produzir mensagens em escala.

Pesquisa realizada pelo Instituto DataSenado Federal em 2019 revelou que 45% dos entrevistados decidiram seu voto nas eleições de 2018 com base em informações obtidas em redes sociais. O mesmo levantamento mostrou que 80% dos brasileiros acreditam que os conteúdos compartilhados nas redes sociais possuem influência sobre as opiniões das pessoas, e que 51% dos jovens entre 16 e 29 anos são mais suscetíveis a considerar informações vistas em redes sociais ao decidir seus votos. Quando se avalia qual a principal ferramenta de comunicação como fonte de informação, 79% dos participantes informaram ser o WhatsApp.

Em 2021, a Fundação Getúlio Vargas apurou a existência de 440 milhões de dispositivos digitais em uso no Brasil. Não há eleição que não passe por esses dispositivos. E não há dispositivo que não esteja potencialmente exposto à desinformação gerada por inteligência artificial.

Um estudo do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) descobriu que notícias falsas no Twitter se espalham seis vezes mais rapidamente do que notícias reais e têm 70% mais probabilidade de serem retuitadas. O problema, portanto, não é apenas de volume — é de velocidade e alcance. Uma deep fake lançada na véspera do segundo turno pode atingir milhões de eleitores antes que

qualquer decisão judicial seja proferida.

No campo eleitoral, essa transformação atinge diretamente o ambiente de formação da vontade popular. O eleitor deixa de ser alcançado apenas como cidadão e passa a ser também interpretado como um conjunto de dados, preferências presumidas, vulnerabilidades emocionais e probabilidades de reação. Esse é um desafio institucional de enorme relevância.

É importante afirmar, desde logo, que a tecnologia não é inimiga da democracia. A Justiça Eleitoral brasileira é prova histórica de que a inovação, quando submetida ao controle público, à auditoria, à segurança, à transparência e à responsabilidade institucional, pode fortalecer a confiança social. O problema não está na existência da inteligência artificial, mas no seu uso opaco, fraudulento, discriminatório ou manipulativo.

O desafio, portanto, não é rejeitar a inovação. O desafio é assegurar que a inovação esteja a serviço da liberdade do voto, e não da manipulação da vontade popular; que a automação contribua para a integridade do processo eleitoral, e não para a fabricação de

realidades artificiais; e que a inteligência computacional seja sempre governada pela inteligência democrática.

Nas eleições, os riscos são concretos. A inteligência artificial generativa permite criar imagens, áudios e vídeos que simulam pessoas reais; produzir mensagens políticas em grande volume; testar narrativas em segmentos específicos da sociedade; automatizar interações por meio de robôs, avatares e assistentes virtuais; e combinar desinformação com microdirecionamento.

Quanto às deep fakes, as modalidades mais utilizadas na seara eleitoral são três: a troca de rosto (face swap), que substitui feições com alta fidelidade; a clonagem de voz, que replica entonação, sotaque e ritmo; e a sincronização labial, que altera movimentos labiais para sincronizar com qualquer áudio fabricado.

A ameaça, portanto, não é apenas a mentira isolada. É a mentira tecnicamente otimizada, distribuída no momento certo, para o público certo, com aparência de autenticidade e com capacidade de explorar vieses cognitivos já existentes. Esse fenômeno se torna ainda mais grave quando se considera a velocidade de circulação dos conteúdos digitais e a dificuldade de resposta imediata antes que o dano eleitoral esteja consumado.

Por isso, combater a desinformação no ambiente digital não pode significar apenas remover conteúdos depois que o prejuízo já ocorreu. É necessário construir um ecossistema de prevenção, rastreabilidade,

“O desafio é assegurar que a inovação esteja a serviço da liberdade do voto, e não da manipulação da vontade popular”

educação social, resposta rápida, cooperação institucional e responsabilização proporcional. A democracia exige liberdade de expressão, mas também exige proteção contra fraudes que comprometem a autenticidade da escolha popular.

Nesse contexto, o Tribunal Superior Eleitoral vem atuando para aperfeiçoar a arquitetura institucional de confiança do processo eleitoral. As normas aprovadas para as Eleições de 2026, da qual tive a honra de relatar, buscam permitir que a inteligência artificial seja utilizada sob princípios claros de transparência, integridade, segurança, não discriminação, auditabilidade, responsabilidade social e prevalência dos direitos fundamentais.

Entre as medidas adotadas, destaca-se o reconhecimento de que o uso irregular de conteúdo sintético gerado ou modificado por inteligência artificial, quando utilizado em violação às normas eleitorais, pode configurar uso indevido dos meios de comuni-

“A inteligência artificial pode auxiliar a atividade institucional, mas não pode substituir o juízo humano”

cação e, conforme as circunstâncias do caso concreto, abuso de poder político ou econômico.

Essa previsão fortalece o combate ao emprego abusivo de tecnologias destinadas a viciar o livre convencimento do eleitor. O objetivo não é restringir o debate político legítimo, nem impedir o uso regular de ferramentas tecnológicas. O objetivo é impedir que a fraude sintética, a falsificação de vozes, imagens ou identidades e a manipulação algorítmica comprometam a liberdade do voto.

Também foram propostas alterações nas normas de propaganda eleitoral, com medidas voltadas à identificação de conteúdos produzidos com inteligência artificial, à criação de canais específicos de denúncia perante provedores de aplicação, à possibilidade de inversão do ônus da prova em situações de difícil comprovação técnica e à celebração de acordos com universidades, entidades e especialistas capazes de auxiliar na perícia de ilícitos digitais.

Essas medidas revelam uma compreensão fundamental: a Justiça Eleitoral não pode atuar sozinha. A proteção da integridade eleitoral exige cooperação entre instituições públicas, plataformas digitais, universidades, especialistas, partidos, candidatos, imprensa e sociedade civil. Nenhum

ator, isoladamente, será capaz de enfrentar os riscos produzidos por tecnologias que operam em escala global, em tempo real e com alto grau de sofisticação.

Outro ponto essencial é a exigência de planos de conformidade por parte dos provedores de aplicação de internet. Em um ambiente em que plataformas organizam a circulação da informação pública, é indispensável que existam mecanismos de prevenção e mitigação de riscos à integridade das eleições. A transparência das regras, a rastreabilidade de conteúdos e a capacidade de resposta rápida são elementos indispensáveis para a preservação da confiança democrática.

Mas os reflexos da inteligência artificial não se restringem à propaganda eleitoral. A IA também impacta a própria atuação da Justiça Eleitoral. Sistemas inteligentes podem apoiar o atendimento ao eleitorado, ampliar a acessibilidade, aprimorar a apuração de denúncias, fortalecer a segurança cibernética e aperfeiçoar a comunicação institucional.

Todavia, o uso dessas ferramentas pela Justiça Eleitoral deve observar limites claros: supervisão humana, proteção de dados sensíveis, mecanismos de correção, transparência, segurança e responsabilidade. A inteligência artificial pode auxiliar a atividade institucional, mas não pode substituir o juízo humano, a prudência decisória e o compromisso constitucional com os direitos fundamentais.

Há, portanto, uma linha ética que deve orientar todo esse debate. A democracia não pode tolerar que a vontade do eleitor seja manipulada por simulações artificiais de realidade. O voto é verdadeiramente livre quando a convicção do eleitor se forma sem fraude, intimidação ou falsificação deliberada. A liberdade de expressão protege a disputa de ideias, a crítica, a divergência e o convencimento político. Mas ela não protege a falsificação da identidade alheia, a fraude sintética, o engano deliberado ou o ataque à confiança no processo eleitoral.

O Brasil deve enfrentar a inteligência artificial à luz da Constituição. Não se trata de escolher entre tecnologia e democracia. Trata-se de assegurar que o Estado Democrático de Direito permaneça vigente na era da informação. O ponto central não é saber se a inteligência artificial influenciará eleições. Ela já influencia a forma como informações circulam, como preferências são inferidas e como narrativas são produzidas.

Como Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, reafirmo que a Justiça Eleitoral brasileira atuará com serenidade, firmeza e responsabilidade. Será vigilante sem ser autoritária; inovadora sem ser ingênua; firme sem perder a proporcionalidade; e comprometida, acima de tudo, com a liberdade de escolha do povo brasileiro.

A democracia exige confiança. E, diante dos desafios da inteligência artificial, cabe a todos nós assegurarmos que a tecnologia seja instrumento de cidadania, e não de manipulação; de transparência, e não de opacidade; de inclusão democrática, e não de distorção da vontade popular.

***Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)**

CORREIO PAULISTANO

Lucas Bassi | REDE CÂMARA SP



Prestação de contas atende à Lei de Responsabilidade

Câmara analisa metas fiscais dos primeiros quatro meses

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo promove na próxima quinta-feira (28) a Audiência Pública para avaliar as metas fiscais da capital paulista relacionadas ao 1º quadrimestre de 2026 (janeiro a abril). A prestação de contas, apresentada pela Secretaria Municipal da Fazenda, atende ao disposto no artigo 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que a Prefeitura demonstre e avalie o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre do ano. Sancionada em 4 de maio de 2000 e mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar 101 é um importante instrumento de regulamentação das finanças públicas.

Transparência da gestão pública

O objetivo é garantir a transparência da gestão pública, estabelecendo prazos para a publicação de demonstrativos contábeis, o que acontece sempre até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro. Interessados no tema podem participar presencialmente da audiência. Também é possível se manifestar por meio de videoconferência ou envio de sugestões via formulário digital. O debate será transmitido ao vivo pelo Portal da Câmara.

Lucas Bassi / REDE CÂMARA SP



Reunião desta semana incluiu 12 projetos na pauta

Comissão de Educação e a greve

A Comissão de Educação, Cultura e Esportes incluiu 12 projetos na pauta da reunião desta quarta-feira (20/5). Foram analisadas propostas que tratam, por exemplo, da concessão de títulos e honrarias, pedidos para inserir datas e eventos no calendário oficial da cidade e denominações de espaços públicos. Além da apreciação dos pareceres dos projetos, outros assuntos foram discutidos pelos parlamentares que integram o colegiado. O vereador Senival Moura (PT) sugeriu a criação de uma Subcomissão de Monitoramento e Acompanhamento do PME.

Plano Municipal de Educação

O PME - Plano Municipal de Educação é um planejamento válido por dez anos. O PME prevê diretrizes, metas e estratégias para guiar as políticas públicas educacionais na capital paulista. "A ideia é ampliar esse debate, é junto com as assessorias discutir um pouco mais, porque há assuntos importantes que serão fundamentais para todos nós até o final do ano", disse Senival Moura.

Fiscaliza PSIU I

A Prefeitura de SP encaminhou à Câmara um projeto de lei que propõe mudanças nas regras de fiscalização do Programa Silêncio Urbano (Psiu), responsável pelo controle de ruídos e pela apuração de denúncias de perturbação sonora na capital. A medida ainda depende de análise e votação.

Fiscaliza PSIU II

Segundo a administração municipal, a proposta busca tornar mais rígidos os procedimentos de fiscalização e reforçar mecanismos de punição para situações de descumprimento das normas relacionadas à emissão de ruídos. Objetivo é ampliar a capacidade de atuação de SP diante dos casos.

Fiscaliza PSIU III

O Psiu atua sobre atividades não residenciais, incluindo aqueles estabelecimentos comerciais, eventos, indústrias e obras, conforme regras previstas na legislação municipal. Atualmente, o programa já prevê etapas de fiscalização que podem incluir orientação, além de aplicação de multa e medidas administrativas.

Homenagem I

Mulheres que atuam na área da segurança pública de São Paulo receberam homenagens durante uma solenidade no Salão Nobre da Câmara Municipal de São Paulo. O evento foi promovido pelo vereador Adrilles Jorge (UNIÃO). A realização foi em parceria com os parlamentares Amanda Vettorazzo (UNIÃO) e Sargento Nantes (PP).

Homenagem II

A cerimônia "Guardiãs da Segurança Pública" reconheceu o trabalho de profissionais de diversas corporações, como policiais militar e civil, além de representantes do Corpo de Bombeiros, do Exército e da GCM (Guarda Civil Metropolitana). Em reconhecimento, a GCM Marisa Lemos recebeu o Voto de Júbilo do Legislativo.

Virada Cultural

A Virada Cultural terá uma Central de Reciclagem instalada no Largo Paissandu, na região central da capital paulista. A iniciativa irá reforçar a coleta seletiva e a destinação correta de resíduos gerados durante o evento, que será realizado neste fim de semana, além de promover geração de renda e inclusão.



Projeto precisa passar por segunda votação na Câmara

Vereadores votam novos salários para Guardas Civís

Projeto do Executivo avança em 1º turno e segue tramitação

Da Redação

A Câmara de São Paulo aprovou, em primeira votação, o projeto que altera as tabelas de remuneração dos profissionais do quadro técnico da Guarda Civil Metropolitana (GCM). A proposta, encaminhada pela Prefeitura, foi analisada em sessão plenária e ainda precisará passar por nova apreciação antes de seguir para eventual sanção de Nunes.

O texto trata da revalorização dos vencimentos pagos pelo regime de subsídio aplicado à carreira da corporação. A votação ocorreu de forma simbólica no plenário da Casa e representa mais uma etapa da tramitação legislativa necessária para que as mudanças possam entrar em vigor.

Segundo informações apresentadas durante a discussão do projeto, a proposta está vinculada à política municipal de remuneração dos profissionais da segurança urbana e busca atualizar os valores praticados atualmente para os integrantes da Guarda Civil Metropolitana. O conteúdo específico das novas tabelas e os impactos financeiros da medida ainda deverão ser debatidos ao longo das próximas fases da tramitação.

Durante a sessão na Câmara, os parlamentares apresentaram posições divergentes sobre o alcance do projeto. Entre os argumentos favoráveis, houve defesa da atualização remune-

ratória como instrumento para fortalecer a carreira e ampliar a atratividade do serviço público municipal. Já entre os posicionamentos contrários, foram levantadas preocupações sobre os efeitos práticos da proposta e sobre pontos que poderão ser discutidos antes da segunda votação, que é a definitiva.

Portanto, a aprovação em primeiro turno não encerra o processo legislativo. Conforme as regras da Câmara paulistana, projetos que tratam de temas dessa natureza precisam retornar ao plenário para nova deliberação. Somente após a conclusão dessa etapa o texto poderá ser encaminhado ao Executivo municipal.

A Guarda Civil Metropolitana integra a estrutura de segurança urbana da capital paulista e atua em atividades de proteção de equipamentos públicos, apoio a ações de fiscalização e atendimento em diferentes regiões da cidade. Alterações na estrutura de remuneração da categoria costumam ter impacto direto na organização da carreira e na política de gestão de pessoal do município.

Com a aprovação inicial, o projeto segue agora para continuidade da tramitação na Câmara Municipal de São Paulo, onde poderá receber novos debates e eventuais ajustes antes da decisão final na segunda votação dos vereadores.

Comissão aprova projetos para inclusão e ação social

Propostas tratam de crianças com deficiência auditiva e apoio a idosos na cidade de São Paulo

A Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher da Câmara Municipal de São Paulo aprovou pareceres favoráveis a projetos de lei voltados à ampliação de políticas públicas para inclusão e atendimento de grupos considerados prioritários. Entre as propostas que avançaram na tramitação estão medidas destinadas ao atendimento de crianças com deficiência auditiva e, também, a criação de ações voltadas ao acompanhamento e à assistência da população idosa.

Projetos aprovados

Os projetos ainda não entram em vigor automaticamente e seguem o rito legislativo da Casa. Depois da análise pelas comissões temáticas, os textos podem passar por novos pareceres antes de eventual votação em plenário e posterior encaminhamento ao Executivo para sanção ou veto do Prefeito.

Uma das propostas aprovadas pela comissão trata da ampliação de mecanismos de inclusão para crianças com deficiência auditiva. O texto busca estabelecer procedimentos e instrumentos para reduzir barreiras de comunicação e ampliar o acesso desse público aos serviços oferecidos pelo município. Entre os objetivos estão criar condições mais adequadas para acompanhamento, aprendizagem e participação em atividades realizadas pela administração pública municipal.

A discussão sobre acessibilidade comunicacional e atendimento especializado ganhou espaço nos últimos anos em diferentes áreas da administração pública municipal na capital paulista, especialmente em políticas ligadas à educação, saúde e assistência social. Propostas semelhantes apresentadas em outras comissões da Câmara também têm tratado da adoção

de protocolos específicos para pessoas com deficiência, da ampliação do uso de recursos de acessibilidade e, também, da capacitação de profissionais para atendimento adequado.

Avanço das propostas

O avanço da proposta relacionada à deficiência auditiva ocorre em meio ao debate sobre inclusão desde a primeira infância e adaptação de estruturas públicas para garantir acesso em igualdade de condições. O tema envolve desde recursos de comunicação até formação de equipes especializadas e adequação de serviços para atender diferentes perfis de usuários.

Outro projeto que recebeu parecer favorável do colegiado trata da criação de um programa voltado à população idosa. A proposta prevê uma estrutura de acompanhamento e assistência integrada para pessoas com mais de 60 anos, especialmente

aquelas em situação de dependência funcional, vulnerabilidade social ou com dificuldades de acesso aos serviços públicos.

Entre os objetivos previstos estão ampliar ações de cuidado, estimular autonomia, fortalecer vínculos comunitários e oferecer suporte tanto ao idoso quanto às redes de apoio responsáveis pelo acompanhamento cotidiano. O texto também prevê alguns mecanismos de integração entre serviços públicos e o acompanhamento sistemático dos usuários que passam a ser incluídos na política pública.

Proposta aos idosos

A proposta relacionada aos idosos se insere em um conjunto de iniciativas debatidas na Câmara para responder ao envelhecimento da população paulistana e ao aumento da demanda por políticas permanentes de cuidado. Em discussões recentes, parlamentares têm

apresentado projetos ligados à assistência domiciliar, atendimento especializado e fortalecimento de redes de proteção social para pessoas idosas.

Outros temas

Durante a reunião, a Comissão de Saúde também analisou outros itens da pauta relacionados a serviços públicos, inclusão e atendimento social. O colegiado tem entre suas atribuições examinar matérias que tratam do sistema municipal de saúde, além de programas de assistência e políticas direcionadas a grupos em situação de vulnerabilidade na cidade.

Com o aval da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, os projetos seguem para as próximas etapas da tramitação legislativa. A eventual implementação dependerá da conclusão do processo na Câmara e da manifestação da Prefeitura paulistana.



Os projetos aprovados seguem agora para as próximas etapas da tramitação no legislativo

CPI do Jardim Pantanal ouve mineradora com foco em enchentes na zona leste

Lucas Bassi | REDE CÂMARA SP

Após sete meses de atividades, a CPI Pantanal da Câmara de São Paulo, que investiga as causas das enchentes recorrentes no Jardim Pantanal, na zona leste da capital, realizou mais uma rodada de depoimentos e ouviu o gerente de Meio Ambiente da empresa Itaquareia Mineração e Participações Ltda., Marcelo Fernandes dos Santos.

O representante foi convocado para prestar esclarecimentos sobre a atuação da mineradora na região do Jardim Helena, em São Miguel Paulista. A empresa está no centro de apurações que buscam identificar se atividades relacionadas à extração de materiais e alterações no uso do solo podem ter contribuído para impactos ambientais e para o agravamento dos alagamentos registrados.

Durante a audiência, Marcelo Fernandes afirmou que nunca exer-

ceu atividades diretamente ligadas ao Jardim Pantanal. Segundo ele, na avaliação que apresentou aos parlamentares, um dos principais fatores associados às enchentes está relacionado ao processo de ocupação irregular do território da região.

O representante defendeu maior eficiência na administração de estruturas hidráulicas existentes na Grande SP, citando como exemplo a Barragem da Penha, localizada no Rio Tietê. De acordo com o depoente, o comportamento do sistema de retenção e escoamento de água em diferentes municípios pode influenciar episódios de alagamento em áreas urbanas.

Ao relatar experiências observadas em cidades vizinhas, Marcelo mencionou situações anteriores de enchentes em Itaquaquecetuba e argumentou que decisões relaciona-



Após sete meses, a CPI Pantanal terá só mais duas reuniões

das ao controle hídrico em pontos específicos da bacia podem produzir efeitos em outras localidades.

A participação do representante da mineradora foi recebida com ressalvas por integrantes da comissão.

A vice-presidente da CPI, vereadora Marina Bragante, afirmou que o depoimento trouxe poucos elementos diretamente ligados à atuação da empresa no município de São Paulo. Segundo ela, a expectativa da

comissão era obter informações que permitissem avançar na identificação de responsabilidades e na construção de propostas para reduzir os impactos das enchentes.

O presidente da CPI, vereador Alessandro Guedes, avaliou que o debate envolvendo a Itaquareia ocupa papel relevante dentro das investigações conduzidas pelo colegiado. Entre as hipóteses discutidas está o potencial aproveitamento de áreas de cava da mineração como estruturas capazes de auxiliar no amortecimento do volume de água durante períodos de chuva intensa.

A comissão se aproxima da conclusão dos trabalhos e tem apenas mais duas reuniões previstas antes do encerramento oficial. A próxima sessão deverá contar com a participação do presidente do Grupo Itaquareia, Antero Saraiva Júnior.

CORREIO GRANDE SP

Divulgação/Prefeitura de Osasco



Também foram discutidos reajustes e reembolsos

Osasco aprova recursos para inclusão digital e obras

A Câmara de Osasco aprovou, em primeiro turno, três projetos do Executivo para a abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente. O PL 103/2026, do prefeito Gerson Pessoa (Podemos), viabiliza recursos da ordem de R\$2,1 milhões no orçamento vigente, por meio da transferência de valores da Secretaria de Habitação. O montante será usado no fornecimento de Kit Conectividade às unidades escolares de ensino fundamental do município e em obras de emergência. O PL 68/2026 prevê R\$252 mil para reembolso de salários de profissionais da Secretaria Estadual de Educação que atuam no município. Já o PL 38/2026 suplementa R\$22,9 milhões para despesas obrigatórias e se adapta nas regras do STF.

Reajuste no funcionalismo

Também foi discutido e votado projetos de reajuste dos servidores públicos municipais da Prefeitura e da Câmara. O índice aprovado é de 5,50% e supera o Índice do IPCA, que foi de 4,26% em 2025. As propostas foram aprovadas em votação única. Outro item aprovado foi o Projeto de Lei 25/2026, do vereador Alexandre Capriotti (PL), que institui o Dia Municipal da Corrida de Rua no Calendário Oficial. Os PLs passarão por segunda votação

Vera Jursys/Câmara Municipal de Guarulhos



Procuradoria Mulher de Guarulhos deve ser reestruturada

Vereadoras discutem reestruturação

A Procuradoria Especial da Mulher da Câmara de Guarulhos se reuniu para discutir sobre a sua reestruturação. As vereadoras Fernanda Curti (PT), Carlinda Tinôco (Republicanos), Janete Rocha Pietá (Rede) e Karina Soltur (PSD) receberam profissionais do Instituto Geni para que pudessem analisar uma proposta de consultoria técnica para a implantação de um projeto de fortalecimento institucional da Procuradoria da Mulher da cidade, que possui, ao todo, 13 anos de experiência, sendo considerada uma das mais antigas do Estado de São Paulo.

Projeto baseado em histórico

A proposta usa o que a Procuradoria já produz, busca ampliar o atendimento e conseguir novos meios para qualificar ainda mais o trabalho. A diretora do Geni afirmou que a instituição trabalha fortalecendo as políticas para as mulheres, inclusive na área Legislativa, com assessoramento técnico. O projeto foi baseado no histórico de atuação do órgão e no diálogo com as vereadoras.

Carapicuíba I

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2027 (LDO) será o tema discutido em nova Audiência Pública na Câmara de Carapicuíba. A reunião deve ocorrer na próxima quarta-feira (27), às 11 horas. A LDO é objeto do Projeto de Lei nº 3.653/2026, que já foi debatido em audiência pública realizada no dia 14 deste mês.

Carapicuíba II

Para que a participação popular seja ampla, a audiência será transmitida no canal da Câmara no Youtube e, enquanto o PL tramita na Câmara, os munícipes podem sugerir mudanças para ele. No mesmo dia, às 10 horas, ocorrerá prestação de contas sobre o trabalho da Prefeitura no 1º quadrimestre de 2026.

São Caetano I

O vereador Beto Vidoski (PRD) protocolou na Câmara Municipal de São Caetano do Sul uma indicação para que seja criado o programa Cartão Bem-Estar. A proposta prevê convênios entre a Prefeitura e academias particulares da cidade para ampliar o acesso da população à prática de atividades físicas.

São Caetano II

Segundo o parlamentar, o programa pretende utilizar os horários de baixa frequência das academias, aproveitando vagas ociosas sem aumento de custos com estrutura ou pessoal. Vidoski também afirmou que a compra de pacotes de vagas pelo município pode reduzir o custo por usuário e garantir maior eficiência ao dinheiro público.

Santo André I

O Governo Federal selecionou propostas de Santo André para projetos de retrofit voltados à eficiência energética. O município receberá cerca de R\$ 9,8 milhões para obras no prédio do Semasa e na Sabina Escola Parque do Conhecimento, por meio do Programa Nacional de Conservação da Energia Elétrica (Procel).

Santo André II

Os projetos preveem modernização de iluminação, troca de equipamentos de refrigeração, instalação de placas solares e melhorias no sistema de ar-condicionado. Segundo a Prefeitura, as mudanças devem reduzir o consumo de energia e as emissões de carbono. As obras têm prazo de até 24 meses para conclusão.



O ranking é do IPS, método que analisa a qualidade de vida

Qualidade de vida em Mogi é destaque nacional

A cidade fez 69,21 pontos no IPS, sendo o 75º colocado no ranking

Da Redação

Mogi das Cruzes está entre as 80 cidades do país com o melhor desempenho em qualidade de vida e oportunidades, de acordo com os resultados divulgados pelo Índice de Progresso Social (IPS Brasil 2026). A cidade teve uma pontuação de 69,21 pontos, ficando acima da média nacional, que é 63,40. Deste modo, Mogi consolidou sua trajetória de crescimento contínuo, reforçando o protagonismo entre as cidades com indicadores sociais superiores à média do país. Mogi saltou da 133ª posição no ranking nacional, ocupada em 2025, para a 75ª colocação neste ano.

A prefeita Mara Bertaiolli destacou que este resultado é importante para o planejamento e fortalecimento das políticas públicas na cidade. “Os indicadores mostram que o desenvolvimento precisa estar conectado à vida das pessoas. Esse avanço representa esforços em diversas áreas que impactam o cotidiano da população, desde o acesso a serviços até qualidade de vida e oportunidades”, diz a chefe do Executivo.

O vice-prefeito Téo Cusatis evidenciou os avanços relacionados à infraestrutura, educação e oportunidades. Ele ainda enfatizou que os indicadores ajudam a identificar avanços e desafios na cidade, além de contribuir para o planejamento e definição de prioridades do município, per-

mitindo que o município avance de forma estruturada e direcionada às necessidades da população.

Fatores que impulsionaram Mogi

O IPS é um método que analisa a qualidade de vida da população, seguindo 57 indicadores sociais e ambientais, que são organizados em três eixos: **Necessidades Humanas Básicas, Fundamentos do Bem-Estar e Oportunidades**. O levantamento considera fatores como saúde, educação, segurança, moradia, acesso à informação, inclusão social e qualidade ambiental.

O desempenho de Mogi está ligado com a infraestrutura urbana, ampliação de acesso à informação e oportunidades sociais, conectividade, qualidade dos serviços públicos e educação.

“**Oportunidades**” foi o eixo que apresentou o melhor posicionamento do município, que conseguiu alcançar a 36ª colocação.

No eixo **Necessidades Humanas Básicas**, Mogi das Cruzes alcançou 83,33 pontos, com destaque para Água e Saneamento, que registrou 94,73 pontos e a 76ª posição, demonstrando resultados positivos ligados à infraestrutura e ao abastecimento.

No que se trata sobre o eixo **Fundamentos do Bem-Estar**, a cidade conseguiu obter 73,63 pontos, e foi impulsionada principalmente pelos indicadores de Acesso ao Conhecimento Básico.

CORREIO PAULISTA

Divulgação/Governo de SP



Os lotes serão disponibilizados pela SPE

Leilões de imóveis do Estado devem gerar R\$ 120 milhões

O Governo de São Paulo prevê arrecadar R\$ 120 milhões com seis leilões de imóveis até o final de maio, dentro do Plano São Paulo na Direção Certa, que busca otimizar o uso de recursos públicos. Os bens, atualmente desocupados e de alto custo de manutenção, incluem imóveis na capital, nos bairros Campo Belo e Brooklin, e no interior, em Bauru, Porto Feliz e Sorocaba, com valores entre R\$ 2,9 milhões e R\$ 41,5 milhões. A iniciativa é conduzida pela Subsecretaria de Patrimônio do Estado, ligada à Secretaria de Gestão e Governo Digital, e será 100% digital, conforme a Lei de Licitações (14.133/2021). O montante será revertido a políticas públicas. Entre 2023 e 2025, as vendas superaram R\$ 1,3 bilhão, cinco vezes mais que em gestões anteriores.

Alesp debate programa para Alzheimer

A Alesp realizou audiência pública em 20 de maio para discutir a criação de programa estadual de prevenção e cuidado de doenças neurodegenerativas, integrado ao SUS. Parlamentares, especialistas e representantes da sociedade civil defenderam a derrubada do veto ao PL 534/2020, de autoria de Beth Sáhão, que prevê apoio a pacientes, familiares e cuidadores de pessoas com Alzheimer.

Marcelo Machado/Fundação CASA



O local funcionará como ambiente de encontro

Espaço da Fundação CASA reúne acervo

A Fundação CASA, vinculada à Secretaria de Justiça e Cidadania de SP, inaugurou a "CASA da Memória Sergio Ranalli - Tecendo Histórias", no antigo Complexo do Tatuapé. O espaço reúne cerca de 660 mil documentos, fotos e registros históricos de crianças e adolescentes atendidos pelo Estado desde 1925. A abertura contou com exposição sobre produções artísticas de jovens. O local funcionará como centro de memória, pesquisa e programação cultural, promovendo visitas mediadas, debates e atividades educativas, preservando e difundindo a trajetória institucional da Fundação CASA.

Alesp aprova 83 projetos em CCJR

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Alesp aprovou 83 de 93 projetos analisados em 20 de maio. Entre eles, leis que obrigam CIPAS e climatização em escolas estaduais, fixação de cartazes de desobstrução de vias aéreas em locais com comida, formação antirracista no SUS, Programa Botão de Pânico no transporte, incentivo à aposentadoria da Polícia Civil e medidas de bem-estar animal.

Varas especializadas

O TJSP transformou as 1ª e 2ª Varas de Crimes Tributários da Capital em Varas Estaduais de Organizações Criminosas e Lavagem de Bens, Direitos e Valores, criando também a 3ª e 4ª unidades e a Vara das Garantias. Outra vara especializada receberá crimes contra a ordem tributária e licitações.

Sistema SEEU

Advogados podem se cadastrar antecipadamente no Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), que será implantado nas comarcas de SP. O registro permite agilidade no acesso e peticionamento eletrônico. A migração dos processos do SAJ-PG5 para o SEEU ocorrerá gradualmente, segundo comunicado.

Força-tarefa TJSP

O TJSP criou uma força-tarefa no Fórum Hely Lopes Meirelles, em São Paulo, para reduzir o volume de ações e agilizar a prestação jurisdicional. A ação começou em quatro Varas da Fazenda Pública e será expandida. A equipe diagnostica entraves, propõe soluções e prepara as unidades para o sistema eproc.

Simpósio EPM

A Escola Paulista da Magistratura e o Ibeji promovem, em 26 de maio, o simpósio "Infraestrutura, desenvolvimento e contratos de longo prazo", das 15h às 17h, no auditório da EPM e pelo Teams. São 60 vagas presenciais e 200 virtuais, gratuitas, com certificado para presença total. Inscrições estão abertas até o dia 24 de maio.

Emendas à LDO

O deputado Marcos Damasio apresentou emendas à LDO 2027 em São Paulo, priorizando saúde da mulher, educação inclusiva, segurança pública, cultura e infraestrutura urbana. As propostas incluem modernização de hospitais, videomonitoramento, salas multissensoriais, prevenção de enchentes e valorização cultural.

Projetos de lei

A deputada estadual Fabiana Bolsonaro apresentou dois projetos de lei na ALESP: um amplia a proteção de mulheres em situação de violência, com uso de tecnologia e protocolos de risco; outro busca identificar e encaminhar jovens de 15 a 29 anos fora da escola ou do trabalho. Ambos seguem em tramitação.



SP domina ranking de qualidade de vida

Onze cidades paulistas aparecem entre as 20 melhores do país

Por Redação

O estado de São Paulo concentra 11 das 20 cidades com melhores condições de vida do Brasil, segundo levantamento do Instituto Imazon. Entre os 5.570 municípios avaliados, Gavião Peixoto, localizado a 307 quilômetros da capital paulista e com cerca de 4,8 mil habitantes, obteve a maior pontuação e ocupa a primeira posição no ranking nacional. O estudo utiliza o Índice de Progresso Social (IPS), que classifica a qualidade de vida considerando 57 indicadores sociais e ambientais. As informações são coletadas de fontes públicas, como DataSUS, IBGE, Inep e MapBiomias.

O ranking das 20 melhores cidades do país mostra forte presença paulista: além de Gavião Peixoto, estão entre os primeiros colocados Jundiaí (71,80), Osvaldo Cruz (71,76), Pompéia (71,76), Gabriel Monteiro (71,16), Itupeva (71,08), Rafard (71,08), Adamantina (70,97), Ribeirão Preto (70,80), Barra Bonita (70,71), Araraquara (70,70) e Águas de São Pedro (70,66). Outras cidades de destaque fora de São Paulo incluem Curitiba (PR) com 71,29 pontos, Nova Lima (MG) com 71,22, Cornélio Procopio (PR) 71,16, Luzerna (SC) 71,10, Presidente Lucena (RS) 71,05, Maringá (PR) 70,87, Alto Alegre (RS) 70,86 e Brasília (DF) 70,73.

Jundiaí, segunda colocada no ranking, se destaca também pelo turismo. A cidade é Município de Interesse Turístico (MIT) desde 2017, o que permite receber recursos estaduais para infraestrutura turística. Em abril deste ano, o município recebeu autorização para convênio de R\$ 600 mil voltado à melhoria de equipamentos turísticos. Além disso, Jundiaí integra o Circuito das Frutas, formado por cidades com tradição agrícola na produção de frutas e vinhos e em turismo rural, recebendo aproximadamente 660 mil visitantes ao ano. A cidade é ainda ponto de partida do Expresso Turístico da CPTM, com trajetos saindo da Estação da Luz em direção a Jundiaí, Mogi das Cruzes e Paranapiacaba.

Itupeva, outra cidade paulista bem posicionada, também integra o Circuito das Frutas, com foco no turismo rural, gastronomia e produção frutícola. O município se destaca por plantações de uva, morango, pêssego, goiaba, ameixa, caqui, acerola e figo, além de atrações turísticas como fazendas centenárias, apiários, grutas, alambiques e trilhas.

O levantamento do Instituto Imazon reforça a presença paulista entre os municípios com melhor qualidade de vida, destacando a combinação de indicadores sociais e ambientais positivos, além do potencial turístico e agrícola de cidades do interior do estado.

São Paulo amplia segurança na Virada Cultural de 2026

Operação mobiliza mais de 4 mil policiais militares, reforça plantões da Polícia Civil

Divulgação/Governo de SP

As forças de segurança do Estado de São Paulo irão reforçar o policiamento durante a 21ª edição da Virada Cultural, programada para os dias 23 e 24 de maio, na capital paulista. A operação contará com atuação integrada das Polícias Militar e Civil, além do apoio de unidades especializadas, monitoramento em tempo real e ampliação do efetivo em diferentes regiões da cidade. Segundo o planejamento divulgado pelas autoridades, aproximadamente 4,2 mil policiais militares e 900 viaturas serão mobilizados ao longo do fim de semana. O efetivo ficará distribuído em áreas de maior circulação de público, acessos aos palcos, corredores viários, terminais de ônibus, estações de metrô e pontos de embarque e desembarque.

O esquema operacional também envolverá equipes dos batalhões territoriais subordinados ao Comando de Policiamento da Capital, além do apoio do Comando de Policiamento de Choque, Comando de Trânsito, Corpo de Bombeiros, Comando de Aviação da Polícia Militar e do Centro de Operações da Polícia Militar (Copom). A atuação da Polícia Militar será concentrada nos arredores dos palcos e locais de apresentação, com patrulhamento a pé e motorizado. A estratégia prevê ainda o uso de câmeras fixas e móveis, drones operados pelos comandos regionais e torres de observação instaladas em pontos considerados



Efetivo ficará distribuído em áreas de maior circulação de público, acessos aos palcos e corredores

estratégicos para monitoramento do fluxo de pessoas.

De acordo com o tenente Máquel Crúvel, do Comando de Policiamento de Área Metropolitana 1, o planejamento foi elaborado de forma integrada para ampliar a prevenção criminal e garantir maior rapidez no atendimento de ocorrências durante o evento. Conforme o oficial, a operação busca aumentar a sensação de segurança

e assegurar tranquilidade ao público ao longo de toda a programação cultural.

A estrutura operacional contará ainda com uma Sala de Gerenciamento de Incidentes instalada junto ao Copom. O espaço reunirá representantes das unidades da Polícia Militar e de órgãos envolvidos na organização da Virada Cultural, permitindo acompanhamento simultâneo das ocorrências e adoção

imediate de medidas operacionais, quando necessário.

Além do policiamento ostensivo, a organização informou que serão utilizados gradis e tapumes em áreas de maior movimentação para auxiliar no controle do fluxo de pessoas e na orientação do público.

A Polícia Civil também terá atuação reforçada durante o fim de semana. As delegacias da capital funcionarão com plantões am-

pliados para garantir atendimento à população e maior agilidade no registro de ocorrências.

O Grupo Armado de Repressão a Roubos (Garra), vinculado ao Departamento de Operações Especiais (Dope), realizará ações preventivas nos arredores dos locais de shows e apresentações culturais. A prioridade será o combate a furtos e roubos de celulares, alianças, correntes e outros crimes patrimoniais frequentemente registrados em eventos de grande porte.

Além do policiamento preventivo, o Dope poderá prestar apoio às delegacias responsáveis pelas áreas onde ocorrerão as atividades da Virada Cultural e auxiliar operações conduzidas por unidades territoriais e especializadas.

Segundo o delegado Ricardo Farabulini, o objetivo é fortalecer a presença policial e ampliar a capacidade de resposta das equipes durante o evento. A expectativa das autoridades é garantir maior segurança para moradores, turistas e participantes da programação cultural distribuída em diferentes regiões da cidade. A Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi), ligada ao Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), também permanecerá de prontidão durante o evento. Em casos relacionados à competência da unidade, policiais civis estarão disponíveis para registrar boletins de ocorrência e prestar atendimento às vítimas.

Biometano em SP deve abastecer milhões de casas

Divulgação

O estado de São Paulo deve alcançar até o fim de 2026 a marca de 1 milhão de metros cúbicos diários de capacidade instalada para produção de biometano. O volume é suficiente para abastecer integralmente as 2,8 milhões de residências conectadas à rede de gás canalizado paulista, segundo dados apresentados durante encontro promovido pela InvestSP e pela Associação Brasileira do Biogás (ABiogás), com apoio da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil).

Atualmente, São Paulo concentra nove das 19 plantas de biometano em operação no país e responde por cerca de metade da produção nacional do combustível renovável. Outras 11 unidades estão em fase de autorização pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A estimativa do

governo paulista é que o potencial total de produção no estado alcance 6,4 milhões de metros cúbicos por dia. Produzido principalmente a partir de resíduos agroindustriais e de aterros sanitários, o biometano é apontado como alternativa para reduzir emissões de gases de efeito estufa e substituir combustíveis fósseis em setores industriais e de transporte. A capacidade prevista para este ano equivale, segundo dados apresentados no evento, à substituição aproximada de 4 mil ônibus movidos a diesel.

Representantes da Semil destacaram que o crescimento do setor vem sendo impulsionado por políticas públicas estaduais e federais, além da modernização de processos regulatórios e ambientais. A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) informou que o tempo médio para licenciamento de

plantas foi reduzido para até 60 dias, com regras padronizadas para o segmento.

A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arseps) também apontou avanços na integração do biometano às redes de distribuição de gás canalizado. Recentemente, foi aprovada a interconexão da planta instalada no aterro sanitário de Caieiras à rede da Comgás.

Durante o encontro, empresas e instituições apresentaram experiências de utilização do combustível renovável. A Natura informou que utiliza biometano em parte dos processos industriais e em toda a frota logística entre Cajamar e a Grande São Paulo. Já a Geo Bio Gas e Carbon destacou estudos para produção de combustível sustentável de aviação a partir de resíduos do setor sucroenergético.



Usina de biometano na cidade de Paulínia

CORREIO DAS REGIÕES

Magnific



A decisão aponta o descumprimento de normas

Empresa é condenada a pagar R\$ 1,5 mi por danos morais

A Justiça do Trabalho condenou a Sucocítrico Cutrale, empresa de processamento de suco de laranja de Araquara (SP), ao pagamento de R\$ 1,5 milhão por danos morais coletivos. A decisão da 2ª Vara do Trabalho de Bauru atende a ação do Ministério Público do Trabalho (MPT) e aponta descumprimento de normas de saúde, higiene e segurança no trabalho rural. Entre as irregularidades: alojamentos sem sabonete, máquinas sem proteção e trabalhadores expostos à radiação solar sem protetor solar. A empresa acumulou 356 autos de infração entre 2012 e 2024. A indenização será destinada ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e ainda prevê multa de R\$ 10 mil por dia para cada obrigação descumprida.

Piracicaba abre 1.500 vagas de castração

O terceiro mutirão de castração gratuita de cães e gatos de 2026 acontece em Piracicaba (SP) entre 29 de maio e 3 de junho, na avenida Dr. Paulo de Moraes, 1.580, no bairro Paulista. Serão 1.500 vagas e as inscrições estão abertas pelo site do Castra+ São Paulo, com limite de três animais por CPF. Para participar, o pet precisa ter o Registro Geral do Animal (RGA), documento gratuito emitido pelo portal do Governo Federal.

Divulgação



Curso obteve nota máxima na última avaliação nacional

Unesp ampliará as vagas de Medicina

A Unesp vai ampliar as vagas do curso de Medicina de forma escalonada nos próximos anos. Aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), a proposta eleva o número de vagas de 90 para 105 já no vestibular de 2027, chegando a 120 em 2029, um aumento de mais de 30%. A mudança marca um momento histórico para a Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB), que mantinha o mesmo número de vagas desde sua fundação, em 1963. Na última avaliação nacional do curso, a Unesp obteve nota máxima.

Cobras são encontradas em bairro

Moradores do Recanto Universitário, em Rio das Pedras (SP), vivem sob ameaça de cobras cascavéis, escorpiões e ratos. A situação é agravada pelo mato alto que domina as ruas, pelo descarte irregular de lixo e por uma erosão que cresce a cada chuva e ameaça comprometer o asfalto. Segundo os moradores, a sensação é de estar abandonado e a Prefeitura afirma não ter registros de denúncias recentes.

Lei regula eventos

Votorantim (SP) aprovou, nesta semana, a lei que exige alvará municipal para eventos em áreas públicas, com funcionamento até 1h da madrugada. O projeto do prefeito Weber Manga foi aprovado por 7 votos a 2 na Câmara e segue para sanção. A norma prevê controle de ruído, fiscalização e penalidades.

Festa Junina 2026

A Festa Junina, por exemplo, reconhecida como evento de grande porte, terá permissão de horário estendido na cidade. A 107ª edição inclusive já começou e vai até 21 de junho, na Praça Lecy de Campos. Com shows, parque de diversões e praça de alimentação, o evento recebe Gustavo Mioto, João Gomes e mais.

Multa ambiental

Um Criador é multado em R\$ 133 mil após Polícia Ambiental flagrar 655 aves exóticas mantidas sem licença em propriedade rural de Jales (SP). A vistoria, feita em abril, encontrou animais bem cuidados, mas a criação sem autorização dos órgãos ambientais resultou na autuação do proprietário.

Cobre apreendido

Uma operação em ferros-velhos de Itaquaquecetuba (SP) apreendeu 44 kg de cobre após denúncias de receptação de materiais furtados. Dois estabelecimentos foram vistoriados por agentes da GCM, Guarda Ambiental e Fiscalização. Em um deles, hidrômetros da Sabesp foram encontrados e um homem preso por receptação.

Evento muda de data

A Exposição Municipal Agropecuária de Avaré (SP), a Emapa, deixa de ser realizada em dezembro e passa para setembro, já neste ano. A mudança foi anunciada pelo prefeito após comerciantes apontarem que o evento prejudicava as vendas de fim de ano. A nova data também coincide com o aniversário do município.

Embraer abre vagas

A Embraer abriu 200 vagas de estágio para universitários em Sorocaba e outras cidades do país. As inscrições seguem até 5 de junho pelo site da empresa. Há oportunidades nas áreas administrativa, engenharia, operações e tecnologia. O programa começa em setembro de 2026 e oferece bolsa, benefícios e chance de efetivação.



Espaço contou com investimento de R\$ 12 milhões

Bauru recebe o 2º Centro TEA Paulista do estado

Unidade será referência para 39 municípios do interior de SP

Da Redação

O governador Tarcísio de Freitas visitou nesta quinta-feira (21) as instalações do futuro Centro TEA Paulista de Bauru (SP), segundo equipamento do tipo no estado. A visita ocorreu durante o segundo dia da Caravana 3D pela região. A previsão é que o centro seja inaugurado na segunda quinzena de junho, junto ao Centro de Cidadania à Pessoa com Deficiência.

O prédio, cedido pela Prefeitura de Bauru, passa por obras de adequação para garantir acessibilidade e já recebe a identidade visual da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPCD). A unidade atenderá 39 municípios do centro-oeste paulista, região estratégica pela convergência de importantes rodovias estaduais e federais.

“O futuro Centro TEA Paulista de Bauru será o segundo do estado. Nosso objetivo é ter uma unidade de referência em cada região administrativa. Inauguramos recentemente o primeiro na cidade de São Paulo e vamos replicar esse modelo em todas as regiões, principalmente no interior”, afirmou Tarcísio.

Estrutura e serviços

A unidade contará com sala multissensorial, espaço de acomodação sensorial para pessoas em crise, biblioteca temática, auditório e um Polo de Empre-

gabilidade Inclusiva (PEI). Entre os serviços previstos estão atendimento presencial e remoto a pessoas com TEA e familiares, capacitação de profissionais municipais, estímulo à pesquisa, atividades esportivas e culturais, e orientação sobre direitos. O projeto tem aporte total de R\$ 12 milhões distribuídos ao longo de dois anos.

“A unidade de Bauru inaugura um novo momento de interiorização, fortalecendo a rede regional de apoio às pessoas com TEA. O objetivo é oferecer orientação, acolhimento e capacitação, além de apoiar os municípios na construção de políticas públicas cada vez mais inclusivas”, disse Marcos da Costa, secretário estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Gestão e seleção

A administração dos dois centros ficará a cargo da Sorri-Bauru, organização da sociedade civil declarada vencedora do processo seletivo conduzido pela SEDPCD.

Oito instituições participaram da seleção, e a homologação foi publicada no Diário Oficial em 5 de maio. Caberá à entidade coordenar o equipamento, contratar equipe multiprofissional especializada e implementar as atividades em consonância com as diretrizes da secretaria. A instituição tem histórico de atuação na inclusão e assistência a pessoas com deficiência na região.

GRANDE CAMPINAS

Câmara de Sumaré



Vereador criticou a persistência do desabastecimento

Falta de medicamentos volta a ser discutida em Sumaré

O presidente da Câmara de Sumaré, Hélio Silva, denunciou na sessão de terça-feira (19) o desabastecimento de remédios nos postos de saúde da cidade. Em fiscalizações nas unidades, o vereador também constatou demora no atendimento, superlotação, filas para exames e consultas, dificuldades para agendar especialistas e falta de profissionais. O parlamentar afirmou que a prefeitura orientou os gestores das farmácias dos postos a barrá-lo para impedir seu trabalho de fiscalização. Hélio Silva criticou a persistência dessas falhas na rede pública mesmo após a substituição recente do secretário de Saúde, cobrando que o município cumpra sua obrigação de oferecer atendimento e medicamentos à população.

Cosmópolis volta com rodeio

Após quase trinta décadas, Cosmópolis voltará a sediar uma festa de peão entre 16 e 19 de julho, na Avenida Monte Castelo. Organizado pela ProMania Eventos, o rodeio terá disputas em touros e cavalos e a prova dos três tambores, abrindo o Circuito PRT. A estrutura contará com praça de alimentação, palcos, Arena Vip e camarotes. O monitoramento será feito por segurança privada, brigadistas, Guarda Municipal e Polícia Militar.

Magnific/@drazen_zigic



Regra vale para moradores com diagnóstico comprovado

Vacinação domiciliar em Paulínia

Paulínia sancionou uma lei que cria o Programa de Vacinação Domiciliar para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), em 18 de maio. A regra vale para moradores com diagnóstico comprovado e visa garantir conforto e segurança. O serviço doméstico poderá ser estendido a pessoas com deficiências severas ou comorbidades que impeçam o deslocamento. Profissionais da rede pública municipal aplicarão as doses, e a Secretaria de Saúde está autorizada a firmar parcerias com universidades e entidades para o projeto.

Valinhos celebra 130 anos com eventos

Valinhos celebra seus 130 anos com eventos esportivos gratuitos de 27 a 31 de maio no Parque da Cidade e Paço Municipal. A programação tem Dia do Desafio na quarta, aula de Fit Dance na quinta (feriado) e "24 Horas de Tênis" de sábado para domingo, arrecadando itens de higiene. O encerramento será no domingo (31) com alongamento e zumba. A programação completa está no portal da Prefeitura.

Sobre 2 e 3 rodas

Vinhedo sedia o 27º Encontro de Motociclistas e Triciclistas de sexta a domingo (22 a 24 de maio), no Parque Jayme Ferragut. O evento gratuito do Moto Clube Furões do Vento terá shows de rock, camping com café da manhã e missa. A organização solicita a doação voluntária de 1 kg de alimento não perecível.

Tubulação antiga

O Saae de Indaiatuba realiza a substituição de 700 metros do emissário de esgotos do Parque São Lourenço. A tubulação antiga de concreto, de 300 mm, está sendo trocada por uma nova de PEAD com 600 mm. A melhoria amplia a capacidade de vazão e prevê, em etapas futuras, a travessia da Rodovia SP-75.

Tubulação antiga II

A estrutura leva os efluentes de bairros como Itamaracá, Regente e Aldrovandi até a Estação de Tratamento Mário Araldo Candello. Segundo a autarquia, a obra acompanha o crescimento urbano da região, moderniza o saneamento do município e reduz os riscos de sobrecarga no sistema coletor.

R\$ 22 mil em pensão

Um homem com uma dívida de R\$ 22.679,57 em pensão alimentícia foi preso pela Guarda Municipal de Holambra na noite de quarta-feira (20). Foragido da Justiça, o suspeito foi capturado durante um patrulhamento no bairro Morada das Flores. Após a identificação do mandado judicial, ele foi levado ao Plantão e aguarda a audiência de custódia.

Políticas de inclusão

O CMDPCd de Sumaré reuniu poder público e sociedade civil em sua sessão ordinária para debater o fortalecimento de políticas de inclusão e acessibilidade. A pauta englobou o monitoramento da rede municipal e a articulação de setores para melhorar o acolhimento das pessoas com deficiência e suas famílias.

'Esporte é Direito!'

Indaiatuba participará do Dia do Desafio 2026 no dia 27 de maio sob o tema "Esporte é Direito!". Além de ações nos núcleos esportivos, a prefeitura fará uma aula aberta de alongamento e dança às 18h30, no Barco do Parque Ecológico. O evento mundial é coordenado pela TAFISA e pelo Sesc São Paulo.



Concurso elegeu os 20 melhores profissionais do mundo

Fotógrafo de Hortolândia é premiado no exterior

Benhur de Santi conquista o 4º lugar no concurso 35AWARDS

Da Redação

O fotógrafo publicitário e gastronômico Benhur de Santi, de Hortolândia, obteve reconhecimento internacional no concurso 35AWARDS. O profissional conquistou a quarta colocação no ranking mundial de fotógrafos voltado à categoria Food Photography: Cakes and Pastries.

Na mesma disputa, a sua fotografia intitulada "Rustic Berry Delight" alcançou a terceira posição na lista das melhores imagens da competição.

O evento fotográfico registrou a participação de 1.398 fotógrafos vindos de 81 países, somando mais de 5 mil fotografias inscritas no processo seletivo.

Etapas da disputa

O procedimento de escolha foi iniciado no mês de fevereiro e passou por sete etapas de avaliação e classificação até a consolidação do ranking final, que elegeu os 20 melhores profissionais do mundo.

Com o resultado no 35AWARDS, Benhur de Santi ingressou no grupo correspondente aos top 4% dos melhores fotógrafos da sua categoria.

O resultado obtido na premiação contribuiu para a projeção internacional do profissional de Hortolândia e atua no fortalecimento de seu po-

sicionamento no mercado de gastronomia premium, comunicação visual e food branding.

Trajectoria de mercado

Benhur de Santi acumula mais de duas décadas de atuação profissional na área de fotografia voltada à publicidade e ao setor gastronômico.

De acordo com a divulgação do artista, o seu trabalho baseia-se na união de técnicas de direção de arte, composição de cena, texturas e iluminação.

As produções do fotógrafo buscam a criação de narrativas visuais direcionadas ao segmento de alimentos, bebidas, indústrias alimentícias, restaurantes e marcas de alto padrão, associando a imagem comercial à percepção de valor e à identidade da marca.

Ao longo de sua carreira de mais de 20 anos, Santi elaborou campanhas publicitárias para diferentes empresas do setor de alimentação.

O fotógrafo destaca que a atuação na fotografia gastronômica tem como meta transmitir elementos como sabor, atmosfera, emoção e experiência por meio de um único registro visual.

O trabalho desenvolvido por Benhur de Santi busca unir conceitos de arte e branding com expectativa de criar imagens destinadas a projetos comerciais e experiências gastronômicas autorais.

CORREIO DE CAMPINAS

Ricardo Stuckert



Lula e Tourinho em vista do presidente a Campinas

Tourinho pede a Lula mais um campus do IFSP

O médico sanitarista Pedro Tourinho, que foi candidato a prefeito de Campinas por duas vezes e atualmente é pré-candidato a deputado federal, solicitou ao presidente Lula a implantação de um novo campus do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) na cidade. Ambos são do PT. "Durante meu mandato como vereador em Campinas, tive papel importante na articulação para trazer o primeiro campus do IFSP para a cidade, localizado na região do Campo Grande. Elaboramos um relatório na comissão de estudos que ajudou a viabilizar, junto ao governo federal, a implantação da instituição", lembra Tourinho, que foi vereador em Campinas por dois mandatos.

Demanda

O pedido a Lula foi feito ao lado do professor Silmário dos Santos, reitor do instituto. "A cidade de Campinas comporta até mais dois campi, talvez três campi, mas a demanda hoje é para mais um campus na cidade para atender o outro lado da região", declara o docente. Em 2013, Tourinho criou e presidiu uma Comissão Especial de Estudos para retomada das obras e implantação do IFSP no município.

Câmara Municipal de Campinas



Moção solicita também reunião entre os envolvidos

Etec em prédio abandonado

A Moção de Apelo do vereador Ailton da Farmácia (PSB-SP), que solicita ao Governo do Estado a implantação de uma Etec (Escola Técnica Estadual) no prédio da antiga Fundação CASA Jequitibá, atualmente abandonado no Jardim São Vicente, foi aprovada pela Câmara Municipal. Desta forma, o pedido Legislativo poderá ser encaminhado ao secretário estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, Vahan Agopyan. O texto propõe que a reutilização do imóvel seja avaliada em parceria com a Prefeitura.

Qualificação profissional

Na justificativa, o vereador destaca que a macrorregião sul de Campinas reúne cerca de 260 mil habitantes e ainda carece de equipamentos públicos voltados ao ensino técnico e profissionalizante. Sustenta também que a escola ampliaria o acesso à qualificação profissional e abriria novas perspectivas para adolescentes e jovens da região.

PINGA-FOGO

Bravo! I

A iniciativa do presidente da Câmara Luiz Rossini (Republicanos-SP) ao conceder o Diploma de Honra ao Mérito Manuel Ferraz de Campos Salles à Academia Campinense de Letras (ACL) pelos 70 anos da instituição resgata o verdadeiro sentido das honrarias públicas, desgastadas por distribuições banais.

Bravo! II

Ao celebrar uma instituição que presta serviços culturais relevantes, valoriza a história local e fomenta a memória campinense. Fundada em 1956, a ACL mantém 40 cadeiras vitalícias inspiradas na Academia Brasileira de Letras (ABL) para preservar a língua portuguesa e o melhor da cultura de Campinas.

Bravo! III

O reconhecimento se justifica, entre outros, pela promoção de palestras, exposições e encontros na sede histórica, de arquitetura grega. O ato legislativo ganha relevância ao fixar o olhar sobre o patrimônio intelectual em uma época em que comendas costumam ser distribuídas sem critérios rigorosos.

Bravo! IV

A distinção conferida à Academia é um freio institucional contra a superficialidade, demonstrando que o poder público ainda identifica e celebra a erudição e impacto social duradouro. Ao validar a trajetória de uma entidade que fomenta a leitura e a escrita, a estimula a continuidade da produção literária da cidade e da região.

Bravo V

O reconhecimento formal de um colegiado de escritores e pesquisadores serve como incentivo para novos talentos, mostrando que a dedicação às humanidades e à preservação da identidade cultural de Campinas possui respaldo e prestígio na esfera política - dada, infelizmente, a baixezas.

Bravo VI

A atuação da Academia denota a densidade educacional da cidade cuja história se mantém viva quando suas principais referências acadêmicas e artísticas são devidamente valorizadas - atualmente em meio a superficialidades de todas as montas.



Governador sustenta que segurança pública é prioridade

Tarcísio alega burocracia por atraso no Deinter-2

Prefeitura doou terreno há 3 anos para construção da nova sede

Raquel Valli

O governo do Estado de São Paulo alega que o atraso de três anos no início das obras da nova sede do Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior (Deinter-2) em Campinas é devido a trâmites administrativos obrigatórios. A gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) foi questionada pelo **Correio da Manhã** depois que a Câmara Municipal retirou, em primeira votação, o prazo de cinco anos para que o Palácio dos Bandeirantes conclua a obra.

Cabe ainda mais um pleito por parte dos vereadores para que a decisão seja consolidada (leia mais abaixo). O prazo foi retirado em primeira votação pelo vereadores a pedido do prefeito Dário Saadi, que, assim como Tarcísio, é do Partido Republicanos. Há três anos, quando a prefeitura doou o terreno, estipulou que se a sede não fosse entregue dentro do prazo, que o terreno voltaria ao Palácio dos Jequitibás.

Por isso, para que o Palácio dos Bandeirantes não o perdesse, o chefe do Executivo campinense enviou um projeto de lei complementar à Câmara pedindo a supressão da data limite.

A prefeitura justificou o pedido sob o argumento de que o interesse público na construção da sede do Deinter-2 permanece prioritário, embora a obra não tenha começado a sair do papel

após três anos da doação.

Já em nota, o Palácio dos Bandeirantes afirmou que: "após a finalização da alteração legislativa necessária (em Campinas), o expediente será encaminhado ao Governo do Estado para formalização da aceitação do terreno. Concluída essa etapa, será possível realizar a contratação do projeto da futura unidade. Somente após a elaboração do projeto é que a obra poderá ser iniciada efetivamente". O Estado paulista não informou, entretanto, a estimativa de prazo para que o início das obras seja efetivado, embora uma das bandeiras de Tarcísio seja a segurança pública.

Relembre o caso

Saadi assinou em 12 de maio de 2023 a Lei Complementar nº 413/2023 que doou uma área de seis mil metros quadrados no bairro Cidade Jardim para a construção do Deinter-2.

A demanda foi feita pela própria Polícia Civil. Já na última quarta-feira (20), a Câmara aprovou, em primeira discussão, o Projeto de Lei Complementar nº 36/2026, que retira o prazo de cinco anos para a conclusão da obra para que o governo paulista não perca do terreno.

Agora, o projeto terá que ser aprovado em segunda votação pelos vereadores de Campinas para poder ser encaminhado ao prefeito, que deverá sancioná-lo para virar lei.

Após cobrança, DER-SP propõe projeto de passarela em rodovia

Travessia não contava no projeto original de duplicação; iniciativa ocorre após acidentes

Por Raquel Valli

O Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo (DER-SP) propôs a contratação de uma empresa especializada para elaborar os estudos técnicos e o projeto executivo da implantação de uma passarela de pedestres no Km 90+370 da Rodovia Engenheiro Miguel Melhado Campos (SP-324) em Campinas (SP).

O dispositivo não constava no projeto original de duplicação da via, e a iniciativa para a construção ocorre após o registro de acidentes, pressão popular e cobranças da imprensa regional, com vídeos e matérias jornalísticas, inclusive as do **Correio da Manhã**, incluídas no processo judicial para fundamentar a necessidade da obra.

A demanda por segurança na travessia, entre os bairros Campo Belo e Cidade Singer, motivou a abertura de um inquérito civil pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), que passou a exigir e acompanhar estudos de viabilidade para a estrutura no trecho. Durante a inauguração da duplicação da estrada, em abril, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) foi questionado a respeito da passarela e assumiu o compromisso público de viabilizá-la.

De acordo com a nota técnica do DER-SP, a Coordenadoria Geral Regional do departamen-



Vereadores de Campinas, de direita e esquerda, já apelaram ao governo estadual pela construção

to, em Campinas, realizou visitas técnicas e constatou que o fluxo diário de veículos na SP-324 impede a travessia dos moradores com segurança.

Em nota enviada à imprensa, a associação Proesp, autora da ação judicial na qual a Nota Técnica do DER-SP foi anexada, informou que “se solidariza com todas as pessoas que direta ou indiretamente sofreram, e ainda

suportam, os impactos negativos, com a realização das obras na rodovia ao longo dos últimos quase quatro anos”.

Apelos

Vereadores da cidade, de esquerda e de direita, inclusive do partido do governador, já apelaram ao Estado de São Paulo sobre a construção da passarela.

Em fevereiro, o vereador Car-

mo Luiz (Republicanos-SP) protocolou na Câmara uma moção de apelo urgente direcionada ao governo estadual e ao DER-SP.

O documento sustenta que a antiga passagem de nível, que permitia aos pedestres atravessar a estrada, foi bloqueada por guard-rails, isolando a comunidade. Antes da intervenção, a via funcionava com tráfego local e mão dupla, permitindo que morado-

res transitassem a pé para acessar comércios, serviços e bairros adjacentes.

O texto destaca ainda que grande parte da população local não possui veículos e depende exclusivamente da caminhada para atividades cotidianas.

Ressalta que o isolamento também afeta diretamente a educação, pois muitas crianças residentes no bairro estudam em escolas e creches situadas do outro lado da rodovia.

Risco de perder a vida

A ausência de uma passarela compromete a segurança e a autonomia de cerca de 100 mil moradores, impactados pela obra, que ainda atende ao fluxo do Aeroporto Internacional de Viracopos. Além de Carmos Luiz, também já apelaram também pela travessia os vereadores Wagner Romão e Guida Calixto e Paola Miguel, do PT-SP; Mariana Conti e Fernanda Souto, do PSol-SP; e Gustavo Petta, do PCdoB-SP. Em março, uma moção por estes seis parlamentares solicitava que a rodovia não fosse liberada devido aos riscos de atropelamento no Km 90,6. O documento, encabeçado por Romão, pedia que a circulação de veículos permanecesse interrompida até que medidas de segurança protejam pedestres que precisam cruzar a via entre os bairros Jardim Cidade Singer I e II.

TV Unicamp passa a integrar a rede da TV Brics

Da Redação

A TV Unicamp, uma das plataformas de mídia da Secretaria Executiva de Comunicação (SEC) da universidade, passa a integrar a rede internacional da TV Brics, criada para fortalecer a cooperação entre as nações do bloco e divulgar informações sobre as atividades humanitárias e econômicas dos países-membros. Os parceiros da rede incluem mais de 100 veículos de comunicação de 33 países e a cobertura alcança 80 países.

“Este convênio transcende a cooperação midiática, estabelecendo uma convergência de propósitos no fortalecimento da agenda científica e cultural. Trata-se de um instrumento fundamental para a democratização e difusão do conhecimento acadêmico em escala global”, disse o coordenador de comunicação, Márcio Cataia.

Janna Tolstikova, diretora-geral da TV Brics, destaca que mais de 30 universidades, entre Rússia, Índia, África do Sul e Brasil, fazem parte da rede, criada em 2017, após a cúpula dos chefes de Estado do Brics em Xiamen (China). “A TV Brics construiu um verdadeiro sistema internacional de cooperação com universidades, o que permite à rede de mídia transmitir regularmente à comunidade mundial informações sobre as conquistas e perspectivas científicas dos países do Brics+, sobre iniciativas governamentais e empresariais nessa área, sobre os avanços de pesquisa de jovens talentos e a formação eficaz de quadros para a ciência e o âmbito social”, afirma.

A TV Unicamp produz conteúdo, com programas de entrevistas e debates que traduzem a ciência para uma linguagem acessível. Entre os destaques está o programa “Análise”, que discute temas

da atualidade com especialistas, e o “Repórter Unicamp”, com ênfase em pesquisas e descobertas recentes. Além da transmissão tradicional, atua na produção de vídeos curtos e formatos dinâmicos para plataformas digitais. A série “Medo de Comer”, realizada em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação (Nepa), estará entre as primeiras participações da TV Unicamp na TV Brics. Em 11 episódios, investiga o “terrorismo nutricional”, abordando temas como o medo de comer alimentos específicos, transtornos alimentares, alimentação infantil e a influência das emoções na dieta. A temática alinha-se a discussões sobre o excesso de informações nas redes sociais, que muitas vezes criam medo excessivo em relação a alimentos básicos.

Com informações do portal unicamp.br



TV Brics tem canal 24 horas, com sede em Moscou, na Rússia

CORREIO NO MUNDO

Reprodução/ X @netanyahu



Rubio diz que acordo pacífico não é provável no momento

Cuba aceita ajuda de US\$ 100 milhões dos Estados Unidos

O secretário de Estado americano, Marco Rubio, afirmou nesta quinta (21) que o regime de Cuba aceitou a ajuda de US\$ 100 milhões oferecida pelo governo de Donald Trump à ilha caribenha. O regime liderado por Miguel Díaz-Canel já havia sinalizado durante a última semana que avaliava aceitar a oferta americana. Segundo a imprensa dos EUA, Trump ofereceu o dinheiro com a contrapartida de que este será repassado à Igreja Católica, que será, portanto, a responsável por ele no território cubano. Ainda não estão evidentes outras possíveis contrapartidas que o acordo entre os países engloba. Apesar disso, Rubio afirmou que a probabilidade de um acordo pacífico e negociado entre os países não é alta nesse momento.

Acordo, porém, não está próximo

Segundo ele, os EUA sempre preferem a solução pacífica. Sem detalhar que tipo de acordo se referia, porém, afirmou: "Sendo honesto, a probabilidade de isso acontecer, considerando com quem estamos lidando agora, não é alta. Mas se eles mudarem de ideia, estamos aqui. E, enquanto isso, continuaremos fazendo o que for necessário". Rubio, filho de imigrantes cubanos, havia publicado um vídeo em que oferecia o dinheiro como "novo caminho" ao povo cubano.

Cancillería Ecuador via Wikimedia Commons



Bruno Rodríguez chamou Marco Rubio de mentiroso

Chanceler cubano critica Rubio

Mais tarde nesta quinta, o chanceler cubano, Bruno Rodríguez, afirmou que Rubio está provocando uma agressão militar e falsamente classificando Cuba de Estado patrocinador do terrorismo. "As mentiras do secretário de Estado dos EUA novamente instigam uma agressão militar que provocaria o derramamento de sangue cubano e americano", afirmou.

O chanceler disse ainda que Havana não é um ameaça à segurança dos EUA e acusou Washington de provocar intencionalmente o colapso econômico na ilha.

Ameaça à segurança nacional

O governo Trump fez a oferta após meses de crise generalizada em Cuba, que sofre com falta de combustíveis e, consequentemente, de energia elétrica. Os EUA impuseram um bloqueio de petróleo em janeiro que agravou a situação econômica e humanitária da ilha. Washington afirma que a ilha representa uma ameaça à segurança nacional.

Por Gabriel Barnabé (Folhpress)

China repudia EUA

A China denunciou o "abuso dos meios judiciais", depois que os Estados Unidos indiciaram, na quarta-feira, o ex-líder de Cuba Raúl Castro pela derrubada de dois aviões em 1996. "Os Estados Unidos deveriam parar de brandir o bastão das sanções e o bastão judicial contra Cuba e parar de ameaçar com o uso da força a cada passo".

Raúl Castro

"A China sempre se opôs firmemente às sanções unilaterais ilegais, que carecem de fundamento no direito internacional e se opõe ao abuso dos meios judiciais. Se opõe às pressões exercidas por forças externas contra Cuba, sob qualquer pretexto", declarou o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores chinês Guo Jiakun.

Soberania

"A China apoia firmemente Cuba na defesa de sua soberania e dignidade nacionais e se opõe à interferência externa", acrescentou. Raúl Castro, 94, foi indiciado pelo assassinato de quatro pessoas, conspiração para matar cidadãos americanos e destruição de aeronaves em 1996, quando era ministro da Defesa do regime cubano.

Rússia reprova

A Rússia também expressou sua reprovação à ação americana. "Acreditamos que a pressão exercida sobre Cuba não pode ser tolerada. Acreditamos que, sob nenhuma circunstância, tais métodos —métodos de violência— devem ser usados contra ex-chefes de Estado ou chefes de Estado em exercício", disse Dmitri Peskov. "Não aprovamos isso", acrescentou.

Itamaraty

O Itamaraty convocou a chefe da embaixada de Israel no Brasil, Rasha Athamni, para cobrar explicações sobre o vídeo em que ativistas aparecem com as mãos amarradas e as testas apoiadas no chão. Quatro brasileiros fizeram parte da flotilha, que foi interceptada pelas forças de Tel Aviv no mar Mediterrâneo.

Indignação

A publicação, que mostra o tratamento dado a estrangeiros que integravam uma flotilha com destino à Faixa de Gaza, foi feita pelo ministro da Segurança Nacional de Israel, o extremista Itamar Ben-Gvir, e provocou uma avalanche de críticas internacionais.

Por Ricardo Della Coletta (Folhpress)



Lançador de míssil intercontinental Iars participa de exercício

Rússia faz ameaça nuclear e acende alerta

Exercício nuclear foi a maior manobra desde a Guerra Fria

Igor Gielow (Folhpress)

A Rússia voltou a escalar sua retórica atômica nesta quinta-feira (21), dia em que encerra os maiores exercícios nucleares desde o fim da Guerra Fria. Tal manobra "sempre é um sinal", disse o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov. Os Estados Unidos, por sua vez, fizeram um teste de rotina de seu principal míssil nuclear, o Minuteman-3, na véspera. O ensaio estava programado havia meses, mas em ocasiões anteriores os EUA já cancelaram lançamentos para evitar escalar tensões.

Elas estão altas na Europa. A admissão de Peskov, enquanto óbvia, é inusual. A praxe quando forças estratégicas são mobilizadas é dizer que as manobras são rotineiras e direcionadas apenas a cenários de autodefesa. Assistindo às manobras por vídeo, o presidente Vladimir Putin ainda contemporizou, dizendo que as armas são "um último recurso". Mas o recado estava dado.

A fala ocorre em meio ao crescente atrito entre os russos e os Estados Bálticos, membros do flanco leste da Otan que são os mais frágeis e expostos elos da aliança militar ocidental. Nesta semana, houve uma intensa troca de acusações entre Moscou e as capitais vizinhas, além de um renovado alarme com incursões de drones. Pela segunda vez e após incidentes similares na Letônia e na Lituânia, a Estônia decretou nesta quinta um alerta de invasão de seu espaço aéreo.

Novamente, caças da Otan que

ajudam a patrulhar os céus dos países do Báltico, que não têm Força Aérea própria, foram acionados. Desta vez, contudo, não houve abate ou identificação da origem do avião-robô.

Eles provavelmente eram drones lançados pela Ucrânia, como ocorreu anteriormente. A novidade é que os países bálticos acusam agora a Rússia de desviar intencionalmente os aparelhos com medidas eletrônicas, visando causar confusão na vizinhança.

De seu lado, o Kremlin também escalou a retórica. Nesta quinta, reafirmou que a Estônia e outros vizinhos estão permitindo que a Ucrânia use seu território e espaço aéreo para lançar ataques contra a infraestrutura energética e cidades russas.

O secretário-geral da Otan, o holandês Mark Rutte, classificou a afirmação de ridícula. Já a chancelaria russa afirmou em nota que o fato de ser integrante da aliança não protegerá os bálticos de retaliação.

Segundo uma pessoa próxima ao governo ouvida pela reportagem em Moscou, o tom de ameaça por ora é só isso, mas ecoa um temor corrente na elite do país de que Putin possa tentar algum tipo de ação contra os Estados Bálticos, particularmente a mais exposta Estônia, enquanto Donald Trump ainda estiver no poder. O descompromisso crescente do republicano com os aliados da Otan poderia favorecer um teste de estresse com a aliança. Contra ele há o risco da Terceira Guerra Mundial, nuclear por definição.

CORREIO ESPORTIVO

Fotojump/ Rio Open



Chaveamento de Roland Garros foi realizado na quinta (21)

João Fonseca pode enfrentar Djokovic em Roland Garros

Pela primeira vez cabeça de chave em um torneio Grand Slam, o tenista brasileiro Joao Fonseca conheceu seus possíveis adversários em Roland Garros, em Paris. Um deles pode ser o multicampeão sérvio Novak Djokovic, caso avance à terceira rodada do Grand Slam. Na estreia, o carioca de 19 anos terá pela frente um adversário vindo do qualificatório ou lucky-loser (quando um perdedor na fase final do quali herda a vaga após desistência de um tenista da chave principal). Torneio com os principais tenistas do mundo começa no próximo domingo (24) e vai até 7 de junho. Único representante brasileiro na chave de simples masculina, Fonseca será cabeça de chave número 28. O chaveamento foi definido por sorteio.

Fonseca pode pegar promessa croata

Caso ganhe a estreia, Fonseca medirá forças contra outro qualifier ou lucky-loser. Outro possível adversário na segunda rodada será o jovem croata Dino Prizmic, de 20 anos, que eliminou Djokovic na segunda rodada do Masters 1000 de Roma. Na projeção para as oitavas de final, está o norueguês Casper Ruud (17º), recém vice-campeão no Masters de Roma, ou o norte-americano Tommy Paul (26º)

Por Agência Brasil
Al-Nassr FC



Cristiano Ronaldo fez 2 gols na goleada sobre o Damac

Al-Nassr, de CR7, é campeão Saudita

A espera acabou. No Al-Nassr desde dezembro de 2022, o atacante português Cristiano Ronaldo enfim conquistou o Campeonato Saudita com a equipe. O título veio com a goleada por 4 a 1 sobre Damac. O Robozão marcou 2 gols, chegando a 973 gols oficiais na carreira. Ele segue na contagem rumo ao milésimo gol. Ao fim da partida, o craque português foi visto às lágrimas com seu 36º título na carreira. Pioneiro na movimentação de craques da Europa para a Arábia Saudita, CR7 era o único grande astro a ainda não ter conquistado o 'Sauditão'.

Conmebol dá os pontos ao Flamengo

A Conmebol deu os três pontos da partida da fase de grupos da Libertadores contra o Independiente Medellín para o Flamengo. O jogo foi suspenso há duas semanas devido a tumultos dos torcedores do clube colombiano nas arquibancadas. Com isso, o Rubro-Negro, já classificado para as oitavas de final, abre uma vantagem inalcançável na liderança do Grupo A, somando 13 pontos.

Fórmula 1

A quinta etapa da Fórmula 1 2026 acontece neste fim de semana, no GP do Canadá, em Montreal. A etapa acontece entre 22 e 24 de maio. Nesta sexta (22), o treino livre começa às 13h30. Às 17h30, será a vez da classificação da Sprint. No sábado (23), a Sprint começa às 13h. Às 17h, ocorrerá a classificatória.

GP do Canadá

A corrida principal será realizada no domingo (24), a partir das 17h. O GP do Canadá não terá transmissão na TV aberta, apenas na TV por assinatura (Sport 3) e no streaming, por meio do Globoplay Premium e pela F1 TV. Com 70 voltas, o circuito Gilles Villeneuve é um dos maiores da temporada 2026 da Fórmula 1.

Mudança no horário

Jogo decisivo para o Vasco na Copa Sul-Americana 2026, o confronto com o Barracas Central, da Argentina, em São Januário, foi adiantado pela Conmebol. Agendado para as 21h30 de quarta (27), o jogo foi adiantado em 2h30. A partida ocorrerá no mesmo dia, mas às 19h. Não foi apresentada uma justificativa.

Danilo em foco

Principal nome do Botafogo na temporada, o volante Danilo deve deixar o Glorioso após a Copa do Mundo. Rumores apontam que o Palmeiras, clube formador do volante, é um dos interessados. A presidente alviverde, Leila Pereira, porém, negou que existam negociações em curso com o Glorioso. "Não é o momento", disse a mandatária.

Zenit quer Vitinho

Praticamente desistindo da contratação do lateral-direito Matheusinho, do Corinthians, o Zenit, da Rússia, vai voltar seus esforços para a contratação do lateral Vitinho, do Botafogo. Sabendo do interesse, o Glorioso acertou as pendências que tinha com o jogador para evitar que ele acionasse o clube na justiça e saísse de graça.

Flu está de olho

Bolívar x Independiente Rivadavia não será mais na altitude de La Paz. A Conmebol tirou o jogo da capital alegando questões de segurança. O jogo será no estadio Ramón Aguilera Costas, em Santa Cruz de la Sierra. O jogo interessa ao Fluminense. Se o Bolívar vencer, o Tricolor estará eliminado da Libertadores.



Neuer vai jogar sua quinta Copa do Mundo com a Alemanha

Aos 40 anos, Neuer jogará a Copa do Mundo 2026

Goleiro será o jogador mais velho a defender a Alemanha no torneio

Luciano Trindade (Folhapress)

Não estava nos planos de Manuel Neuer disputar a Copa do Mundo de 2026. Ele já estava conformado com sua aposentadoria da seleção da Alemanha desde 2024, quando disputou a Eurocopa e se despediu. Mas acabou convencido a mudar de ideia em um movimento que contou com a pressão de alguns velhos colegas de equipe e, sobretudo, com a iniciativa do técnico Julian Nagelsmann.

Aos 40 anos, o experiente goleiro representará seu país novamente na condição de titular. Foi assim nas quatro Copas do Mundo em que ele atuou, desde sua estreia em 2010, passando pelo auge com o título na edição de 2014, seguido pelas eliminações na fase de grupos em 2018 e 2022.

Com 124 participações, Neuer é o goleiro com mais jogos pela seleção na história.

Desde que ele deixou de ser convocado, várias nomes tentaram se firmar na posição, como Alexander Nübel, Kevin Trapp, Finn Dahmen, Stefan Ortega, Janis Blaswich e Bernd Leno. O que mais conseguiu se destacar foi Oliver Baumann, que nutriu até esta quinta-feira (21) a esperança de ser o titular no Mundial.

Embora tenha dito várias vezes nos últimos meses que a Alemanha não tinha um problema no gol, levar Neuer para a Copa mostra que Nagelsmann não estava tão convencido de suas próprias declarações. Ele fez até um esforço

para superar uma velha desavença com o atleta, dos tempos em que o comandou no Bayern. Na ocasião, houve um desentendimento ligado à demissão de Toni Tapalovic, preparador de goleiros preferido de Neuer.

O retorno à seleção começou a ser especulado no fim do ano passado e virou alvo de debate entre os alemães. Enquanto jogadores do atual elenco e antigos companheiros de Neuer na seleção defendiam a sua convocação, torcedores se mostravam divididos.

Uma pesquisa online realizada pelo Bild, um dos principais jornais da Alemanha, apontava até o início da tarde desta quinta que 59% dos 160.700 entrevistados preferiam que Baumann fosse mantido na vaga de titular.

Nagelsmann frequentemente é acusado de depositar muitas fichas em jogadores veteranos em vez de apostar em talentos emergentes. No caso dos goleiros, trocou um jogador de 35, Baumann, por um de 40, Neuer.

Neuer foi titular em mais uma temporada sólida do Bayern. As atuações do arqueiro lhe renderam a extensão de seu contrato por um ano. O acordo se deu justamente quando surgiram as primeiras especulações sobre o retorno à seleção.

Neuer, que será o titular na Copa do Mundo, vai se tornar o jogador mais velho a representar a seleção alemã em um grande torneio. O recorde pertence a Lothar Matthäus, que jogou a Eurocopa de 2000 com 39 anos.

Canoagem brasileira amplia parceria com Secretaria de Esporte do Rio

Confederação Brasileira de Canoagem impulsiona crescimento da modalidade no RJ

A Confederação Brasileira de Canoagem (CBCa) celebra o fortalecimento da parceria com a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Rio de Janeiro (SEEL-RJ), que vem impulsionando projetos, competições e iniciativas de transformação do cenário da canoagem no estado. A colaboração tem desempenhado papel estratégico no desenvolvimento da modalidade, promovendo inclusão social, formação esportiva e a valorização do legado olímpico do Rio de Janeiro, legado que, em 2026, continua a render frutos expressivos no cenário internacional.

Entre os principais destaques está o projeto “Canoagem Para Todos – Dragon Boat”, realizado por meio da Lei de Incentivo ao Esporte, com patrocínio da Enel. A iniciativa funcionou como um laboratório socioesportivo educacional gratuito no Parque Olímpico Radical de Deodoro, atendendo mais de 400 pessoas ao longo de um ano, entre crianças, jovens e adultos da Zona Oeste do Rio.

Interrompido durante a pandemia de Covid-19, o projeto foi reestruturado e retomado graças ao suporte da SEEL-RJ, que atendeu às demandas da CBCa para garantir sua continuidade e ampliação.

Outro avanço importante ocorreu por meio da aplicação de recursos de Contrapartida Social, que viabilizou projetos fundamentais para o fortalecimento da canoagem olímpica no Brasil. Um dos marcos dessa agenda foi o Campeonato Brasileiro de Canoagem Descida de 2025, realizado em julho, em Santo Antônio de Pádua (RJ). A competição reuniu atletas olímpicos e os



Divulgação

Parque Olímpico de Deodoro tem estrutura de primeiro mundo para treino de Canoagem

principais nomes do ranking nacional, movimentando a região conhecida como Águas do Noroeste e fortalecendo o turismo esportivo local.

Ainda em 2025, o Parque Olímpico de Deodoro recebeu o Campeonato Brasileiro de Canoagem Slalom e Caiaque Cross, evento que atraiu grande público, contou com transmissão ao vivo e apresentou elevado nível técnico, reafirmando o potencial do complexo olímpico como centro nacional da modalidade.

Já neste ano, a edição de 2026 do Campeonato Brasileiro de Canoagem Descida foi sediada em Casimiro de Abreu, entre os dias 26 e 29 de março. O evento reuniu cerca de 150 atletas profissionais e teve papel estratégico como seletiva para o Campeonato Mundial de Canoagem Descida 2026, dispu-

tado neste mês de maio, em Banja Luka, na Bósnia e Herzegovina. O brasileiro Willian Huck foi convocado para representar o país na competição, reforçando a presença nacional no cenário internacional da modalidade.

Os resultados de alto rendimento, aliás, têm colocado o Brasil em evidência no cenário mundial. Em agosto de 2025, Ana Sátilla conquistou duas medalhas de bronze no Campeonato Mundial de Canoagem Sprint e Paracanoagem, em Milão (Itália), nas categorias canoa single feminino (C1) e kayak cross. Em maio de 2026, o baiano Isaquias Queiroz, tricampeão olímpico, venceu os 500 metros da categoria C1 na etapa de Brandemburgo, na Alemanha, da Copa do Mundo de canoagem e paracanoagem, su-

bindo ao topo do pódio. Na mesma competição, a delegação brasileira também conquistou medalha de bronze em Szeged, na Hungria, somando pontos importantes no ranking classificatório para os Jogos Olímpicos de Los Angeles 2028.

O desempenho da canoagem brasileira é sustentado por um expressivo volume de investimentos. Dados da CBCa apontam que as leis de incentivo ao esporte, Agnelo Piva e Lei de Incentivo ao Esporte, destinam atualmente R\$ 171 milhões para a modalidade no país. Somente na Bahia, o investimento público entre 2023 e 2025 foi de R\$ 27,4 milhões, com oito atletas baianos representando o Brasil nas etapas da Copa do Mundo de Canoagem Velocidade e Paracanoagem em 2026. Em nível nacional,

a CBCa também tem utilizado recursos de contrapartida social de patrocínios estaduais para financiar competições e projetos de base.

Na sequência dessa agenda de crescimento, a CBCa prepara as Clínicas Gratuitas de Canoagem Descida, Slalom e Cross em Itaocara (RJ), previstas para junho, no Rio Paraíba do Sul. A ação, desenvolvida com apoio da SEEL-RJ, oferecerá atendimento gratuito para aproximadamente 150 participantes, promovendo integração, iniciação esportiva e desenvolvimento técnico da modalidade.

Para o presidente da CBCa, Rafael Giroto, a parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro tem sido decisiva para a evolução da canoagem no país.

“É fundamental reconhecer e agradecer o apoio contínuo da Secretaria de Esporte e Lazer do Rio de Janeiro, que tem sido uma grande parceira da CBCa. Nosso reconhecimento ao ex-secretário Rafael Picciani, essencial na retomada de projetos importantes como o Canoagem Para Todos – Dragon Boat, e também ao atual secretário Rodrigo Scorzelli, que demonstra grande comprometimento com o avanço da modalidade. Essa união de esforços vem gerando resultados concretos tanto no alto rendimento quanto no impacto social da canoagem”.

Com uma agenda consistente de eventos, projetos sociais e ações de desenvolvimento esportivo, a parceria entre CBCa e SEEL-RJ reforça o compromisso com o crescimento sustentável da canoagem brasileira e com a valorização do esporte como ferramenta de inclusão, cidadania e transformação social.

Médico aponta semelhanças entre lesões no futebol profissional e no amador

Por Pedro Sobreiro

Com a proximidade da Copa do Mundo 2026, que começará em 11 de junho, uma questão tem ligado o alerta no mundo do futebol: o aumento considerável de lesões nos atletas convocados.

Na Seleção Brasileira, por exemplo, nomes como Estêvão (Chelsea), Rodrygo (Real Madrid) e Éder Militão (Real Madrid), que eram presenças certas na lista final de Carlo Ancelotti, tiveram de ser cortados devido a lesões gravíssimas sofridas na reta

final da temporada europeia.

Mas as lesões não afetam apenas os brasileiros. Ekitiké (França), Xavi Simons (Holanda) e Gnabry (Alemanha) são nomes de grandes seleções que também perderão o Mundial em decorrência de lesões.

O motivo para esse aumento de lesões vem sendo debatido no meio esportivo com maior frequência. Apesar de não haver um consenso, há profissionais da área que comentam o acréscimo de jogos nos calendários internacionais, como o Super Mundial FIFA, realizado em 2025 nos



Raul Baretta/Santos FC.

Neymar sofreu uma pequena lesão contra o Coritiba e será poupado até a Copa do Mundo

EUA, como um dos motivos para esse maior desgaste dos atletas.

No entanto, o Dr. Tiago Simões Leite, diretor da Medplus,

observa que essas lesões de atletas profissionais são muito parecidas com as de pacientes que se lesionam na prática do futebol amador.

Para o médico, a causa da maioria dessas lesões se deve a uma “rotina de sobrecarga competitiva, recuperação inadequada e déficits musculares”, que, segundo ele “seguem sendo o tripé mais crítico no risco de lesões, mesmo em atletas de elite”.

“Os médicos recebem muitos casos de lesões comuns no futebol recreativo, como entorses de tornozelo, lesões de ligamento, rupturas musculares e problemas de menisco, oferecendo o tratamento cirúrgico quando necessário, mas também protocolos de reabilitação e educação do paciente”, salienta Tiago Simões Leite.

Para o médico, “equilíbrio de carga e prevenção personalizada continuam sendo os maiores aliados contra lesões, dentro e fora do campo”.

Por Rafael Lima
e Marcelo Perillier

Apouco mais de duas semanas da aguardada venda geral de ingressos, marcada para o dia 8 de junho, às 19h, o Rock in Rio começou a desenhar de forma mais ampla o tamanho da edição de 2026. Além de novos anúncios musicais, o festival revelou números econômicos expressivos, projetos inéditos de comunicação e novas experiências para o público na Cidade do Rock.

Segundo estimativa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Rock in Rio 2026 deve movimentar cerca de R\$ 3,36 bilhões na economia brasileira, consolidando o evento como um dos maiores motores de impacto econômico e geração de empregos do país. O valor represen-

“Rock in Rio é uma marca que fala e é feita por pessoas e para pessoas”

Ana Deccache,
diretora de Marketing
da Rock World



Marcelo Perillier

Manhã sobre a expectativa para a aproximação do festival e destacou o envolvimento emocional da equipe com o projeto.

“Eu adoro esse momento de estar chegando próximo ao festival, o momento em que a gente colhe todos esses frutos que está plantando há meses”, afirmou.

A diretora lembrou ainda que a venda de ingressos representa um dos momentos mais simbólicos da jornada do público rumo à Cidade do Rock.

“É quando os nossos fãs começam a realizar o sonho de estar na Cidade do Rock. Então é um momento cheio de conteúdos, de muito trabalho, mas o time inteiro é muito apaixonado pelo que faz”, disse.

Apesar da intensa preparação nos bastidores, Ana garante que o clima dentro da organização é de entusiasmo. “Tem muita coisa para

Rock in Rio 2026 deve movimentar

R\$

3,36

ta crescimento em relação à edição de 2017, que havia movimentado R\$ 2,65 bilhões.

Ao todo, a organização estima que mais de 33,9 mil postos de trabalho sejam gerados, entre empregos diretos e indiretos, envolvendo mais de 30 mil profissionais credenciados na operação do festival. O estudo também aponta que, para cada R\$ 1 investido no evento, R\$ 6,59 retornam para a economia brasileira.

Novidades

Durante coletiva realizada na Cidade do Rock nesta quinta-feira (21), o festival anunciou ainda os line-ups completos dos palcos Supernova e Global Village, que juntos receberão 49 apresentações ao longo dos sete dias de evento.

O palco Supernova, realizado em parceria com o Filtr Music Brasil e o Grupo Sony Music Brasil, chega à sua quarta edição consecutiva como um dos espaços mais voltados à descoberta musical e aos encontros inéditos entre artistas. Desde sua criação, em 2019, o espaço cresceu dentro do festival e passou a ocupar uma posição de destaque na programação.

Entre os nomes confirmados para 2026 estão Diogo Defante, Supercombo, Blitzkrieg Psycho Bop – Ramones 50 years – João Gordo & Asteroides Trio, Alee, NandaTsunami, Delacruz, Lourena, Zeca Veloso, Bruna Black, Milo J, Melly, Sant, Yago OProprio e Larissa Luz com o espetáculo “Rock in Gil”.

Já o Global Village retorna para sua segunda edição com a proposta de transformar a Cidade do Rock em um grande encontro multicultural, reunindo ritmos, tradições e

Em entrevista ao **Correio da Manhã**, Ana Deccache, diretora de Marketing da Rock World, destaca a conexão afetiva da marca com fãs e artistas

sonoridades do Brasil e do mundo. O espaço reforça o discurso do festival voltado à diversidade cultural e à construção de experiências conectadas com diferentes gerações e identidades musicais.

Outra novidade apresentada foi o lançamento do perfil @featrockinrio, nova comunidade oficial do festival no Instagram. A proposta é transformar fãs, criadores de conteúdo, fandoms, artistas e parceiros em cocriadores da narrativa digital do Rock in Rio. Quem marcar o perfil e solicitar colaboração poderá ter seu conteúdo republicado na página oficial.

A iniciativa surge após o enorme alcance digital registrado na última

e anuncia novidades

edição do evento. Segundo dados divulgados pela organização, apenas durante os sete dias do Rock in Rio 2024, mais de 149 milhões de pessoas foram alcançadas por cerca de 3.500 conteúdos produzidos pela equipe de comunicação do festival, gerando quase 3 milhões de conversas e mais de 345 mil comentários nas redes sociais.

Feira Hype

Além da música, o festival também anunciou o retorno da Babilônia Feira Hype, que celebra 30 anos de trajetória em 2026. O projeto, reconhecido neste ano como Patrimônio Cultural Imaterial do Rio de Janeiro, ganhará uma nova localização dentro da Cidade do Rock, próxima ao palco New Dance Order.

O espaço contará com 20 tendas e 60 expositores ao longo dos sete dias de festival, reunindo moda, design, arte e empreendedorismo criativo. A programação ainda terá DJs convidados e uma instalação de arte urbana integrada ao percurso do público.



Marcelo Perillier

Lucy Alves, confirmada para o Global Village, se apresentou na coletiva

ser feita, mas a gente está muito feliz. É o momento da gente se encontrar com os fãs”, destacou.

Ao falar sobre a relação da marca com o público, artistas e colaboradores, a executiva reforçou que o diferencial do Rock in Rio está justamente na conexão humana construída ao longo dos anos.

“O Rock in Rio é uma marca que fala e é feita por pessoas e para pessoas”, afirmou. Segundo ela, a paixão pela música e pelas relações criadas dentro do festival fazem parte da essência da empresa. “O que eu transmito é esse sentimento que permeia a empresa toda. A gente é muito apaixonado por todo mundo que conta, cria e vive a história do Rock in Rio com a gente.”

Com novos artistas confirmados, expansão de experiências e uma estratégia cada vez mais voltada à interação com o público, o Rock in Rio 2026 começa a ganhar forma apostando não apenas em grandes shows, mas também em cultura, inovação e conexão afetiva com os fãs.

Expectativa

Durante a coletiva, Ana Deccache, diretora de Marketing da Rock World, falou ao Correio da